

**DIAGNÓSTICO REGIONALIZADO  
SOBRE AS NECESSIDADES RELACIONADAS À  
ÁREA DO CONHECIMENTO DAS EQUIPES QUE  
ATUAM NA IMPLEMENTAÇÃO DA  
POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**SERTÃO DO SÃO FRANCISCO**

**RECIFE – 2008.**



## IDENTIFICAÇÃO

**EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS**  
GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS**  
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E DIREITOS HUMANOS

**EDGARD TÁVORA DE SOUSA**  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE COORDENAÇÃO E GESTÃO

**ACÁCIO FERREIRA DE CARVALHO FILHO**  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**MARIANA DE ANDRADE LIMA SUASSUNA**  
SUPERINTENDENTE DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL

**JOÃO MAURÍCIO ROCHA**  
SUPERINTENDENTE DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**PAULA VANUSA DE SANTANA TAVARES OLIVEIRA**  
GERENTE DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CAPACITAÇÃO

**REGINA ALCOFORADO**  
GERENTE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

**JOSÉ RICARDO SAMICO ALVES BATISTA**  
GERENTE DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS

**MARGARIDA MARIA SOARES SILVA**  
GERENTE DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

**RIZETE SERAFIM COSTA**  
GESTORA DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

**JOELSON RODRIGUES REIS SILVA**  
GESTOR DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

**KILMA LUNA DE CASTRO BARROS**  
GESTORA DAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS

**MARIA CRISTINA NEUENSCHWANDER**  
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**FICHA TÉCNICA**

**DIRETORIA DA PERSPECTIVAS**

**MARIA TERESA DOS SANTOS LOBO GOMES**  
COORDENADORA GERAL

**JOSÉ EVERALDO DE MELO PINHEIRO**  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

**CRISTIANE LIBERATO DE NÓBREGA**  
COORDENADORA TÉCNICA

**EQUIPE DE EXECUÇÃO DO PROJETO**

**LIDIA DE OLIVEIRA LIRA**  
COORDENADORA GERAL

**LAURISABEL GUIMARÃES PINHEIRO**  
COORDENADORA TÉCNICA

**AÉCIO LOPES**  
**SEVERINO CATÃO RODRIGUES**  
ESTATÍSTICOS

**ELAYNE BARBOSA, ELAINE CRISTINA DE MORAES, ELAINE CRISTINA MELO,  
EDILMA MEDEIROS, GEORGIANA MARQUES, GLÓRIA M<sup>a</sup> DE MIRANDA,  
LUCIANA LISBOA, LUCIA LYRA, LUCIENE FREITAS, MARCELO KERME MENEZES,  
SILEIDE DE OLIVEIRA.**  
PESQUISADORES

**NILVA LOPES**  
APOIO ADMINISTRATIVO

**ADRIANA GOMES, RONALDO EPIFÂNIO DE SANTANA  
JOSÉ ROBERTO DE SOUZA, MARIA VIRGÍNIA SANTOS**  
DIGITADORES

**CLEVERSON RAMOS**  
PROGRAMADOR

**CLEONILDA CORREIA DE QUEIROZ**  
SISTEMATIZADORA DE TÉCNICAS QUALIFICADAS

**LIDIA DE OLIVEIRA LIRA, CLEONILDA CORREIA DE QUEIROZ,  
LAURISABEL GUIMARÃES PINHEIRO**  
ELABORADORES DE RELATÓRIOS

**DANIELLE DE OLIVEIRA SANTIAGO**  
REVISORA DO TEXTO

## APRESENTAÇÃO

Este documento é o resultado da sistematização dos perfis municipais da Região de Desenvolvimento – RD do Sertão do São Francisco de Pernambuco no que se refere às informações coletadas sobre a capacidade técnica instalada para o desenvolvimento da Assistência Social na gestão Pública. A escolha dos atores sociais, objeto do Estudo, e o quantitativo das técnicas de pesquisa aplicada na RD atenderam ao estabelecido pela Gestão Estadual quando da contratação da PERSPECTIVAS para realização deste trabalho.

Dessa forma, a aplicação dos questionários foi direcionada, prioritariamente, aos **Coordenadores dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, Técnicos da Proteção Social Especial e Conselheiros Municipais da Assistência Social Não-Governamentais**. As entrevistas semi-estruturadas e os grupos focais foram realizados junto aos **Gestores Municipais e Estaduais ou seus representantes; e Conselheiros Estaduais**. Relevante destacar que, em virtude da especificidade do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, as técnicas sofreram algumas alterações, neste sentido foram realizados cinco grupos focais junto aos Conselheiros Distritais, de Assistência Social e Tutelares, Atores Sociais e Jovens. Além de três entrevistas semi-estruturadas contemplando as Diretoras da Escola e da Creche, o Gerente Insular e a Assistente Social do Distrito.

Neste sentido, as informações contidas neste documento contemplam os 7 municípios da RD<sup>1</sup> - 100% do território, 7 gestores, 100% dos representantes da gestão da Assistência Social, 8 coordenadores<sup>2</sup> – sendo 87,5% da Proteção Social Básica - PSB e 12,5% da Proteção Social Especial - PSE e 7 Técnicos – sendo 29% da PSB e 71% da PSE. A coleta de informações junto aos Conselhos Municipais de Assistência Social na RD contemplou 100% de Conselheiros Não-governamentais, no total de sete.

O Estudo baseia-se na fundamentação dos profissionais e conselheiros sobre a Assistência Social; a capacidade de planejar ações, diante da fundamentação e do olhar sobre a realidade local; a execução do planejamento frente às necessidades apresentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade social; e as demandas técnicas e decisões políticas frente à eleição de prioridades.

Assim, este Estudo é uma referência para o planejamento regionalizado das ações no campo de capacitação, monitoramento e avaliação sobre a implementação da Política de Assistência Social - PAS. As informações coletadas através dos questionários serão “enriquecidas” com a sistematização das opiniões dos gestores registradas nas entrevistas semi-estruturadas e grupo focal.

O texto trabalhado neste documento está fundamentado na pesquisa realizada junto aos atores sociais, objetos do Estudo, frente aos desafios na implantação e implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. A elaboração dos instrumentais para aplicação das técnicas considerou o grau das necessidades e complexidades para atuação dos diversos atores na Assistência Social. Desta forma o Estudo considerou:

<sup>1</sup> Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, e Santa Maria da Boa Vista.

<sup>2</sup> No município de Petrolina, em virtude de ter mais de 3 CRAS foi aplicado 1 questionário a mais com o coordenador.

## **1. FUNDAMENTAÇÃO SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- Marcos legais que regem a Política Nacional da Assistência Social - PNAS (concepção sobre Assistência Social, princípios e diretrizes);
- Sistema Único de Assistência Social - SUAS: exigências para consolidar o modelo de proteção;
- Rede de atendimento (intersectorialidade/integralidade);
- Controle Social (conceito, órgãos, papéis e competências).

## **2. PLANEJAMENTO SOBRE A ATUAÇÃO FRENTE ÀS NECESSIDADES**

- Metodologia de trabalho coletivo – Intersectorialidade/Integralidade;
- Captação de recursos;
- Metodologia para o acompanhamento sobre as ações
  - Diagnóstico social (definição de indicadores);
  - Avaliação de processo;
  - Avaliação sobre os resultados e impactos.

## **3. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES: DEMANDAS X OFERTAS**

- Descentralização
  - Relação com as esferas de governo (estadual e federal);
- Aplicação dos recursos;
- Territorialidade
  - Intersectorialidade;
  - Atuação em Rede;
  - Integralidade;
  - Articulação dos níveis de proteção;
  - Matricialidade sociofamiliar;
  - Protagonismo;
  - Acompanhamento.

## **4. QUESTÕES GERAIS QUE TRANSVERSALIZAM A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / SUAS**

- Modelo de gestão
  - Gerenciamento técnico administrativo;
  - Gerenciamento financeiro;
- Informática
  - Sistemas de informação;
- Sistematização
  - Capacidade de análise;
  - Elaboração de projetos.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ☞ **BF** – Bolsa Família
- ☞ **BPC** – Benefício de Prestação Continuada
- ☞ **CEAS** – Conselho Estadual de Assistência Social
- ☞ **CEDCA** – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- ☞ **CIB** – Comissão Intergestora Bipartite da Assistência Social
- ☞ **CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- ☞ **CMAS** – Conselho Municipal de Assistência Social
- ☞ **CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- ☞ **CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- ☞ **ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ☞ **FEAS** – Fundo Estadual de Assistência Social
- ☞ **FMAS** – Fundo Municipal de Assistência Social
- ☞ **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ☞ **IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- ☞ **IGDBF** – Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
- ☞ **LDO** – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- ☞ **LOA** – Lei Orçamentária Anual
- ☞ **LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social
- ☞ **MDS** – Ministério de Desenvolvimento Social
- ☞ **MP** – Ministério Público
- ☞ **NOB** – Norma Operacional Básica da Assistência Social
- ☞ **NOB/RH** - Norma Operacional Básica sobre os Recursos Humanos da Assistência Social
- ☞ **OG** – Organização Governamental
- ☞ **ONG** – Organização Não-Governamental
- ☞ **PAIF** – Programa de Atenção Integral às Famílias
- ☞ **PAS** – Política de Assistência Social
- ☞ **PBF** – Programa Bolsa Família
- ☞ **PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- ☞ **PMAS** – Plano Municipal de Assistência Social
- ☞ **PNAS** – Política Nacional de Assistência Social
- ☞ **PPA** – Plano Plurianual
- ☞ **RD** – Região de Desenvolvimento

- ☛ **RH** – Recursos Humanos
- ☛ **SAS** – Secretaria de Assistência Social
- ☛ **SEDAS** – Secretaria Executiva de Desenvolvimento e Assistência Social
- ☛ **SESDH** – Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
- ☛ **SIGAS** – Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social
- ☛ **SMAS** – Secretaria Municipal de Assistência Social
- ☛ **SUAS** – Sistema Único de Assistência Social
- ☛ **SUAS/WEB** – Sistema de Informática para o acompanhamento físico-financeiro das ações do SUAS no âmbito municipal, estadual e federal
- ☛ **SUS** – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO - DIAGNÓSTICO SOCIAL: PESQUISA SOBRE A REALIDADE, ETAPA FUNDAMENTAL QUE REVELA A CAPACIDADE DE (RE) CONSTRUIR UMA POLÍTICA SOCIAL.</b>	<b>9</b>
<b>2. SERTÃO DO SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO: O QUE CARACTERIZA A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO.</b>	<b>11</b>
<b>3. O SUAS NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS SOBRE O MODELO DE PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.</b>	<b>14</b>
<b>4. ESTUDO REGIONALIZADO: ANÁLISE PROPOSITIVA NA PERSPECTIVA DO PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAMPO DA CAPACITAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO SOBRE AS AÇÕES E EQUIPES QUE ATUAM NA REGIÃO</b>	<b>17</b>
<b>4.1. FUNDAMENTAÇÃO SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL: MARCOS LEGAIS QUE REGEM A PNAS - CONCEPÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES</b>	<b>21</b>
<b>4.2. SUAS: EXIGÊNCIAS PARA CONSOLIDAR O MODELO DE PROTEÇÃO – REDE DE ATENDIMENTO (INTERSETORIALIDADE/INTEGRALIDADE)</b>	<b>23</b>
<b>4.3. FUNDAMENTAÇÃO SOBRE CONTROLE SOCIAL</b>	<b>26</b>
<b>4.4. PLANEJAMENTO SOBRE A ATUAÇÃO FRENTE ÀS NECESSIDADES METODOLÓGICAS DE TRABALHO COLETIVO</b>	<b>28</b>
<b>4.5. INTERSETORIALIDADE</b>	<b>30</b>
<b>4.6. INTEGRALIDADE</b>	<b>32</b>
<b>4.7. CAPTAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>33</b>
<b>4.8. METODOLOGIA PARA O ACOMPANHAMENTO SOBRE AS AÇÕES: DIAGNÓSTICO SOCIAL - DEFINIÇÃO DE INDICADORES</b>	<b>33</b>
<b>4.9. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES: DEMANDAS X OFERTAS DESCENTRALIZAÇÃO: AS RELAÇÕES DOS GOVERNOS NAS DIFERENTES ESFERAS PÚBLICAS</b>	<b>35</b>
<b>4.10. TERRITORIALIZAÇÃO, INTERSETORIALIDADE, ATUAÇÃO EM REDE</b>	<b>37</b>
<b>4.11. ARTICULAÇÃO DOS NÍVEIS DE PROTEÇÃO, INTEGRALIDADE DAS AÇÕES</b>	<b>38</b>
<b>4.12. MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR</b>	<b>39</b>
<b>4.13. PROTAGONISMO</b>	<b>40</b>
<b>4.14. ACOMPANHAMENTO E SISTEMAS</b>	<b>41</b>
<b>5. QUESTÕES GERAIS QUE TRANSVERSALIZAM A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/SUAS.</b>	<b>43</b>
<b>5.1. MODELO DE GESTÃO</b>	<b>43</b>
<b>5.2. GERENCIAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO</b>	<b>44</b>
<b>5.3. GERENCIAMENTO FINANCEIRO</b>	<b>45</b>
<b>5.4. INFORMÁTICA, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO, CAPACIDADE DE ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE PROJETOS</b>	<b>46</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>55</b>

## 1 – INTRODUÇÃO - DIAGNÓSTICO SOCIAL: ESTUDO SOBRE A REALIDADE, ETAPA FUNDAMENTAL QUE REVELA A CAPACIDADE DE (RE)CONSTRUIR UMA POLÍTICA SOCIAL

O desenvolvimento de reflexões e sistematizações sobre as realidades transformadas em referências para as decisões políticas e atitudes técnicas, frente às reais necessidades, compõem um diagnóstico social; considerado como atividade sistemática e contínua de uma intervenção social.

Um diagnóstico, portanto, se caracteriza pela revisão permanente sobre a realidade em evidência, atualizando a leitura sobre os “objetos da intervenção” nos diferentes contextos. Um olhar que busca o ideal frente às necessidades reais das pessoas envolvidas, direta e indiretamente, na intervenção, gerando assim, a transformação almejada e definida em objetivos. Neste sentido, é a peça fundamental para a avaliação de processo e revisão sobre o planejamento; e ainda, aponta os indicadores e os elementos para a análise.

O Projeto apresentado para o **Estudo Regionalizado** define como objetivo geral, a identificação das problemáticas e necessidades relacionadas à área de conhecimento das equipes que atuam na implementação da Política da Assistência Social visando ampliar a aplicabilidade dos investimentos em capacitações técnicas, qualificando assim os processos de trabalho das equipes e subsidiando, conseqüentemente, o monitoramento e avaliação sobre as ações.

Reconhecendo o território estadual como uma composição de regiões e municípios, as estratégias definidas para a coleta de informações consideraram a leitura e opiniões individuais dos gestores, técnicos e conselheiros (as) de Assistência Social no seu contexto territorial e a leitura coletiva sobre as demandas comuns; numa visão mais ampla sobre o território. A fim de garantir a eficácia do Estudo, foram trabalhados cuidadosamente na elaboração dos instrumentais os elementos geradores de coerência, em relação, aos objetivos propostos, na relação dos objetivos com a metodologia (técnicas aplicadas), a relação dos indicadores com os objetivos e a flexibilidade frente ao acompanhamento sobre o desenvolvimento da proposta.

As etapas do **Estudo** se voltaram para a possibilidade de construir, junto aos pesquisados<sup>3</sup>, a avaliação emancipatória, que se caracteriza por ser um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la.

O interesse primordial dessa abordagem é emancipador, visando provocar a crítica que promove a libertação do sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é fazer com que as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, numa ação, escrevam sua própria história e gerem suas próprias alternativas de mudança.

A avaliação emancipatória tem dois objetivos básicos: iluminar o caminho da transformação e beneficiar a escuta coletiva em termos de torná-las autodeterminantes. O primeiro objetivo indica que essa avaliação está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento crítico, do concreto do real, que

<sup>3</sup> O termo “Pesquisado” utilizado, neste documento refere-se aos coordenadores, técnicos e conselheiros que responderam aos questionários e o termo “Entrevistados” aos gestores ou seus representantes que participaram dos grupos focais e responderam as entrevistas semi-estruturadas.

possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real. O segundo objetivo “aposta” no valor emancipador dessa abordagem, para os agentes que integram determinada ação.

Os conceitos básicos envolvidos nessa proposta são: **Emancipação, Decisão Democrática, Transformação e Crítica Educativa.**

A **EMANCIPAÇÃO** prevê que a consciência crítica produza alternativas de solução e que estas, constituam-se em elementos de luta transformadora para os diferentes participantes da avaliação.

A **DECISÃO DEMOCRÁTICA** é compartilhada pelos atores que participam de uma determinada ação, contemplando todo o processo - conhecimento, compromisso, avaliação - alcançando, assim, elementos para decisão consciente.

A **TRANSFORMAÇÃO** diz respeito às alterações substanciais de uma ação, geradas coletivamente pelos atores envolvidos na mesma, com base na análise crítica. As transformações estarão necessariamente, em consonância com os compromissos sociais e políticos assumidos pelos participantes.

A **CRÍTICA** propõe uma análise valorativa das ações por cada um dos participantes – avaliadores – que atuam na implementação da PNAS/SUAS na Região. Por outro lado esta função é educativa, formativa para quem dela participa e busca a reorientação das ações.

Três momentos caracterizam esta avaliação: o **modelo de proteção** previsto no SUAS; a **crítica sobre a realidade** para a implantação e implementação do modelo de proteção, ou seja, capacidade técnica instalada e a **criação coletiva** - a formulação de alternativas diante da realidade identificada como adversa ao modelo de proteção/SUAS e as necessidades da Região. Tomando como referência os marcos legais, esses momentos assumem a conotação da **Crítica Institucional** e **Criação Coletiva**. Esses não são momentos estanques, por vezes se interpenetram se constituem, em etapas de um mesmo e articulado movimento.

Os procedimentos de avaliação previstos por este paradigma, que se localiza dentre aqueles de abordagem qualitativa, caracterizam-se por métodos dialógicos e participantes; predomina o uso de entrevistas livres, debates, análise de depoimentos, observação participante e apreciação documental. Não são desprezados os dados quantitativos, porém, ressalta-se que à ótica de análise é eminentemente qualitativa.

## 2 – SERTÃO DO SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO: O QUE CARACTERIZA A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO<sup>4</sup>

***“O desemprego, a falta de educação/qualificação profissional e o desenvolvimento sem sustentabilidade são as causas da vulnerabilidade no Sertão do São Francisco. O avanço econômico da Região publicizado na mídia, não repercutiu diretamente nas condições de vida da maioria da população. A ausência de capacitação técnica faz com que a agroindústria não absorva o trabalhador da Região, além de estimular a população de outras Regiões e Estados a buscarem emprego no Sertão do São Francisco. Essa busca por alternativa de sobrevivência, não encontra nos municípios condições básicas para acolher as pessoas que sonham ter uma oportunidade de emprego. Conseqüência desse fenômeno surge às ocupações desordenadas - população de rua, favelas etc.. Embora a Região se diferencie dos outros sertões por ter possibilidade de trabalhar a agroindústria, os municípios que não têm acesso ao rio São Francisco, tem uma população que depende, na sua maioria, do emprego público e dos programas de “transferência” de renda”.***<sup>5</sup>

O Sertão do São Francisco apresenta características relacionadas diretamente ao Rio que dá o nome à Região. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da RD (0,708) é superior ao de Pernambuco (0,705). Entre os municípios, os maiores índices são os de Petrolina (0,748), Cabrobó (0,677) e Santa Maria da Boa Vista (0,669).

A economia da RD está baseada, principalmente, na fruticultura irrigada, na agroindústria e na vitivinicultura. A população economicamente ativa é de 145.184 habitantes, dos quais 124.129 estão ocupados nos seguintes setores produtivos: agropecuária (40,8%), comércio e serviços (15,4%), indústria de transformação (5,7%) e educação (5,4%). Os demais 32,7% estão distribuídos em outros setores produtivos como administração pública, transporte e armazenagem, construção civil, alojamento e alimentação, atividades financeiras e imobiliárias, serviços domésticos, entre outros.

A RD apresenta as cadeias produtivas competitivas da fruticultura irrigada, da agroindústria, em especial, da vitivinicultura, sem, entretanto, repassar os benefícios ao conjunto maior da população. A fruticultura irrigada, consolidada e em expansão, ocupa uma área de 35.000 hectares, com as culturas da manga, uva, banana, goiaba, côco e acerola, entre outras. Emprega em média 2,38 pessoas por hectare. O número de empregos diretos criados é de 332.800. O Vale do São Francisco é o maior pólo exportador de frutas do Brasil, principalmente o pólo de Petrolina (PE) – Juazeiro (BA), ao qual se atribui a responsabilidade pela exportação nacional de 93% e 90% de uva e manga, respectivamente, e é também o maior produtor de uvas de mesas do país. O município de Cabrobó é responsável por 60% da produção de arroz, colocando-o na posição de maior produtor do Estado, e por 17% da produção de cebola de Pernambuco.

A agroindústria encontra-se em expansão, notadamente a produção de vinhos finos em Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Petrolina. Onze das doze vinícolas do Vale do São Francisco estão instaladas em Pernambuco, com plantio de 800 hectares de uvas viníferas e previsão, em 2005, de ampliação para 2.000 hectares. Nesse setor, foram investidos cerca de R\$ 50 milhões pela iniciativa privada e R\$ 30 milhões pelo Poder Público, contribuindo para geração de 5.000 empregos e consolidando a Região

<sup>4</sup> O texto reproduzido neste capítulo foi baseado nos dados do IBGE/2000

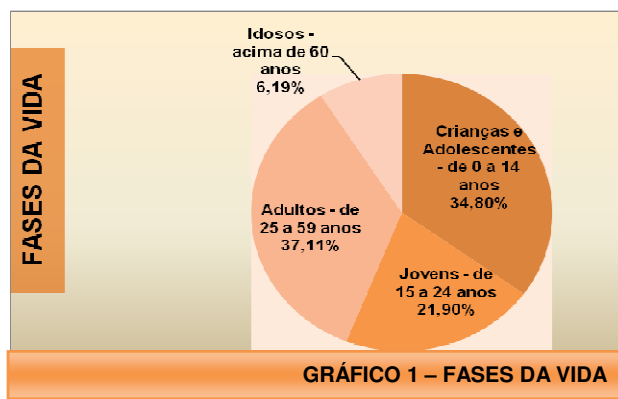
<sup>5</sup> Neste documento os trechos - sem referências bibliográficas, entre aspas e em negrito - tratam-se de depoimentos registrados no GRUPO FOCAL.

como o segundo maior produtor de vinhos do Brasil. A importância econômica do município de Petrolina, ultrapassa os limites estaduais; constituindo-se em pólo comercial para os Sertões Pernambucano, Baiano e Piauiense.

A caprinovinocultura e a bovinocultura são exploradas extensivamente, destacando Petrolina e Dormentes como os maiores produtores de ovinos do Estado. A bovinocultura é uma atividade direcionada para a produção de derivados do leite, principalmente, de doce de leite; nos municípios de Afrânio e Dormentes. Ambos, também, se destacam pela produção de rapadura e de iogurte em Petrolina e Afrânio.

A dinâmica econômica da Região tem favorecido o desenvolvimento de outras cadeias produtivas, a exemplo do terciário moderno: serviços médicos e jurídicos, turismo de negócios e ensino técnico e superior. Artefatos de madeira, especialmente as carrancas; de cerâmica, de couro e de palha destacam-se na produção artesanal.

A RD possui 4,3% da população de Pernambuco. A população urbana é de 216.096 habitantes, predominando sobre a população rural, que é de 125.484 habitantes. Petrolina se destaca na Região com 218.538 habitantes, mais que o quádruplo da próxima cidade mais populosa, Santa Maria da Boa Vista, que possui 36.914 habitantes. A população situada na faixa etária de 15 a 24 anos corresponde a 21,8% do total da RD, com 74.757 pessoas, e a 4,5% da população desta faixa do Estado. Apesar de apresentar uma taxa de analfabetismo baixa, os adolescentes e jovens sofrem pela ausência de política transversal que corresponda ao seu desenvolvimento integral. Distribuindo a população por faixa etária, o Sertão do São Francisco apresenta os seguintes percentuais<sup>6</sup>:



Há precariedade nas condições de infra-estrutura, mas se comparada aos outros Sertões à Região ainda goza de condições bem melhores. A taxa de domicílios com abastecimento d'água inadequada da Região (16,4%) é uma das mais baixas entre as RD's e próximas da de Pernambuco (17,0%). Dormentes (60,7%) e Afrânio (45,5%) detêm as taxas mais elevadas e Petrolina, por apresentar uma densidade demográfica maior, apresenta a taxa mais baixa (10,6%).

O acesso à água é colocado em xeque na maioria dos municípios da Região, em relação à taxa de domicílios com esgotamento sanitário inadequado. De uma forma geral, a cobertura é de (44,3%) é inferior a de Pernambuco (56,2%) e a menor entre as RD's. Entretanto, Dormentes, Afrânio e Lagoa Grande detêm taxas superiores a 94,0%;

<sup>6</sup> Dados do site [WWW.sigas.pe.gov.br](http://WWW.sigas.pe.gov.br)

encontrando-se entre os 30 municípios com as piores taxas do Estado, que seguidos de Santa Maria da Boa Vista (75,9%) e Orocó (71,7%) apresentam as taxas mais elevadas da RD.

A taxa de mortalidade infantil da Região (30,9 em 1000 nascidos) é próxima da de Pernambuco (29,8), colocando-a numa posição intermediária entre as RD's. Afrânio (52,2), Dormentes (35,7), Cabrobó (33,9) e Orocó (32,0) detêm as piores taxas. Santa Maria da Boa Vista (28,1), Lagoa Grande (28,8) e Petrolina (29,6) as melhores. Em relação à Saúde as maiores incidências de agravos na Região são dengue, tuberculose e tétano acidental. Em Santa Maria da Boa Vista, Petrolina e Lagoa Grande registram-se as maiores incidências de dengue; em Orocó, Afrânio e Cabrobó, as de tuberculose; e em Afrânio, Dormentes e Orocó, as de tétano acidental. Agravos relacionados às situações precárias já relatadas e a ausência de educação e condições de trabalho.

A taxa de analfabetismo da RD (23,1%) é inferior a de Pernambuco (24,5%) e uma das mais baixas entre as RD's. Na faixa etária de 15 a 24 anos essa taxa é 10,6%, inferior a de Pernambuco (12,4%). Orocó apresenta a pior taxa (16,9%) e Petrolina a melhor (8,1%). A taxa de distorção idade-série no ensino fundamental (47,5%) é inferior a do Estado (50,1%). Petrolina (44,4%) detém a menor taxa e Afrânio (59,1%) a maior. Para o ensino médio essa taxa é 69,9%, superior à de Pernambuco (67,2%). Petrolina detém a menor taxa (66,8%) e Santa Maria da Boa Vista (79,8%) a maior. O percentual de chefes de domicílios com menos de quatro anos de estudo (50,8%) é um dos mais baixos, entre as RD's; e um pouco mais elevado que o de Pernambuco (48%). Confrontado esse percentual com o índice de analfabetismo, constatamos que a maioria da população cursa até o ensino fundamental. Avaliando o contexto, essa população assume as atividades braçais das fazendas da Região, enquanto os cargos que exigem uma formação acadêmica são ocupados por imigrantes de outras regiões ou estados brasileiros.

A taxa de chefes de domicílios ganhando até um salário mínimo da Região (49,7%) é uma das menores entre as RD's e levemente inferior à da Pernambuco (51,7%). Exceto Petrolina (42,7%), os demais municípios da RD apresentam taxas superiores a 55%. Segundo dado do IBGE, na Região, estima-se que 85.395 famílias vivem em situação de extrema pobreza, que representa 37,3% de pessoas. A violência é um reflexo da ocupação desordenada e de um desenvolvimento local que não atinge as pessoas em massa. A taxa de mortalidade por homicídios da Região (50,9 por 100.000 habitantes) é a quarta maior entre as RD's e inferior a de Pernambuco (54,0). Enquanto Lagoa Grande (99,3) e Santa Maria da Boa Vista (59,6) encontram-se entre os 30 municípios com as piores taxas do Estado, em Afrânio e Dormentes esta taxa é nula.

### 3 – O SUAS NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS SOBRE O MODELO DE PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

***“Somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história, é que os homens, devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais”. Marx e Engels.***

A lógica do modelo de Proteção Social que busca promover a universalização dos direitos, atender os diferentes de forma especializada e fortalecer a família, enquanto núcleo, encontram na Região do Sertão do São Francisco dificuldades desafiadoras: otimizar recursos e desenvolver a intersectorialidade, sobretudo, na área de capacitação profissional e de geração de renda e ampliar o atendimento a partir da transversalidade das ações.

As situações de vulnerabilidade social que atingem as famílias cobrem os níveis de Proteção Social e dinamizam a atuação das equipes. No entanto, existem decisões sobre o campo de atuação da Assistência Social e a metodologia de trabalho com as famílias que precisam ser aprofundadas, alcançando a consciência sobre a dimensão dessas intervenções.

***“A população vive acomodada esperando pelo recurso do Programa Bolsa Família e esta acomodação foi gerada pelas Políticas, como a Assistência Social que focaliza na redução da pobreza/miséria, mas não garante a universalidade dos direitos”.***

De certa forma, essa é uma das causas que levam o SUAS a ter no Sertão do São Francisco um movimento de implantação mais direcionado a revisão de concepções de Assistência Social, Universalização de Direitos, Intersectorialidade e ação em Rede. ***Afinal de contas, é missão da Assistência suprir todas as necessidades das famílias? Ou alçar as famílias para a universalização de direitos?*** Por outro lado, é preciso refletir sobre a acomodação e visitar nossas práticas frente aos desafios de tornar a Assistência Social uma Política inclusiva.

**Mas o que estamos “solicitando” de contrapartida das famílias sobre o investimento que recebem para a formação dos seus membros? O que estamos de fato, trabalhando para co-responsabilizar a família sobre a sua função e papel social? Há clareza sobre os projetos de vida das famílias? Ou os seus projetos são os nossos projetos? Responsabilizar a família não isenta as gestões públicas de suas responsabilidades na estruturação de condições que gerem qualidade de vida para os cidadãos!**

***“(...) As equipes têm um contato mais próximo com as famílias, pois com o advento da PNAS, ficaram mais claras as funções das equipes.”<sup>7</sup>***

A crítica sobre a acomodação das famílias pode e deve servir para provocar reflexões e autocrítica sobre a atuação das equipes junto às famílias. A afirmação da gestora, durante entrevista semi-estruturada, nos leva a acreditar que é possível alterar uma situação de acomodação a partir da tomada de consciência sobre responsabilidades e processos que buscam e implicam na transformação social. Esse é um movimento de desconstrução da lógica da benesse e da caridade. ***Mas onde está “cristalizada” essa lógica? Nas famílias? Nos técnicos e gestores? Todos esses compõem a sociedade.*** Portanto, depende dos que pensam diferente fazer a transformação social sobre os contextos de vulnerabilidades.

Num país com dimensões continentais, implementar um Sistema Único de Assistência Social é desafiador. E por tudo o que caracteriza o sertanejo no campo da violação de direitos e de estratégias de sobrevivências que ameaçam a dignidade humana; esse desafio no sertão nordestino é triplicado. O que aumenta, também, as expectativas em relação às equipes na desconstrução da lógica da “culpabilização” e/ou a lógica da tutela.

A implantação e consolidação do SUAS depende de uma postura ética sobre as decisões e práticas que levem ao desenvolvimento humano, pois só esse pode garantir o desenvolvimento local sustentável.

O SUAS apresenta, no seu modelo de Proteção Social, a possibilidade de alcançar os diferentes sem isolá-los. A relação de pertencer e a identidade, sem dúvida, é o grande *mote* dessa Região para a implementação das ações. A população flutuante ameaça a relação de pertencimento; sem identidade construída com o contexto, o desenvolvimento local e coletivo é fortemente ameaçado.

A ***Proteção Social Básica - PSB*** deve, cuidadosamente, encarar as diferentes problemáticas que afetam o núcleo familiar e dificultam o exercício das funções sociais da família. A lógica sobre a vulnerabilidade social precisa ser discutida e compreendida pelos membros das famílias, em suas diferentes fases; o que interfere diretamente no modelo de abordagem. Esta atividade consiste em abrir exposição de valores direcionados a vida e ao que se possa considerar de qualidade, tomando como referência a dignidade humana e tudo que venha ameaçar essa condição.

A ***Proteção Social Especial - PSE*** desencadeia a busca por estratégias regional sobre a oferta de serviços especializados. Uma demanda mais política do que técnica: vencer barreiras partidárias e de competições intermunicipais. Agregar forças contra problemas sem fronteiras: abandono humano, violência doméstica, exploração de mão de obra infanto-juvenil, abuso e exploração sexual, uso de drogas, entre outros.

Os ***Centros de Referência de Assistência Social - CRAS*** nos territórios precisam construir diagnósticos e projetar a atuação em Rede antes que as demandas lacem as equipes e essas não consigam alcançar as reais necessidades; ficando

---

<sup>7</sup> Neste documento os trechos iniciados (...) são depoimentos dos gestores e/ou representantes da gestão da Assistência Social, registrados nas entrevistas semi-estruturadas.

envolvidas com problemas superficiais, não conseguindo contribuir para estruturar projetos de vida no Sertão.

***“As equipes precisam enfrentar o desafio e manter a coerência da ação, de acordo, com pensar e agir”.***

Com fragilidades no campo técnico, ausência de profissionais especializados, as equipes precisam estar mais articuladas evitando ações sobrepostas. Um Plano Regional voltado para as questões comuns, no campo da proteção especial, possibilitará sem dúvida, a diminuição de índices que levam a família, à proteção especial de média e alta complexidade.

Encarando as dificuldades estruturais, a implantação do SUAS traz também velhos fantasmas, que assombram quem de fato luta por consolidar a PNAS/SUAS: composição da equipe diante das necessidades e acompanhar o desempenho dos profissionais, entre outros.

***“Falta autonomia, falta conhecimento teórico, pois se acreditou, por muito tempo, que assistente social é só para ajudar”.***

Técnicos que atuam sob preconceitos e valores em relação à pobreza precisam dar lugar aos profissionais comprometidos e éticos. A avaliação sobre o serviço é, em consequência, uma avaliação sobre a equipe e as propostas deflagradas. O gestor que abre mão dessa prerrogativa assume responsabilidades sobre o fracasso de uma forma mais direta.

***“O monitoramento chegou para nos orientar, mas não estamos capacitados para desenvolver”.***

O investimento para garantir o acesso aos serviços deve estar, diretamente, relacionado às condições básicas para a qualidade desses serviços: infra-estrutura dos equipamentos sociais, articulação das ações já existentes nos territórios, socialização das propostas junto às famílias, pactuação de objetivos junto aos segmentos que compõem as famílias e os níveis de Proteção Social; bem como, planejamento e capacitação intersetorial, monitoramento e avaliação contínua e sistemática.

Nesse conjunto de elementos que possibilitam a viabilização dos serviços com qualidade, ênfase se dá a capacidade técnica. Essa ultrapassa o grau de conhecimento para alcançar a postura ética e o compromisso com as transformações sociais.

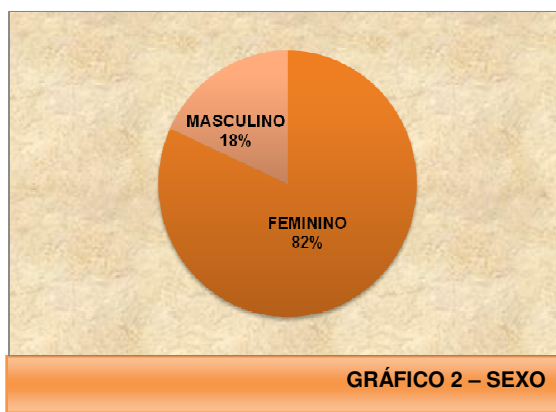
**4 – ESTUDO REGIONALIZADO: ANÁLISE PROPOSITIVA NA PERSPECTIVA DO PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAMPO DA CAPACITAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO SOBRE AS AÇÕES E EQUIPES QUE ATUAM NA REGIÃO.**

A amostra sobre as equipes que atuam na gestão pública, implementando a Política de Assistência em Pernambuco, contemplou como atores sociais para o Estudo: coordenadores da proteção social básica, técnicos da proteção social especial e conselheiros da representação não-governamental.

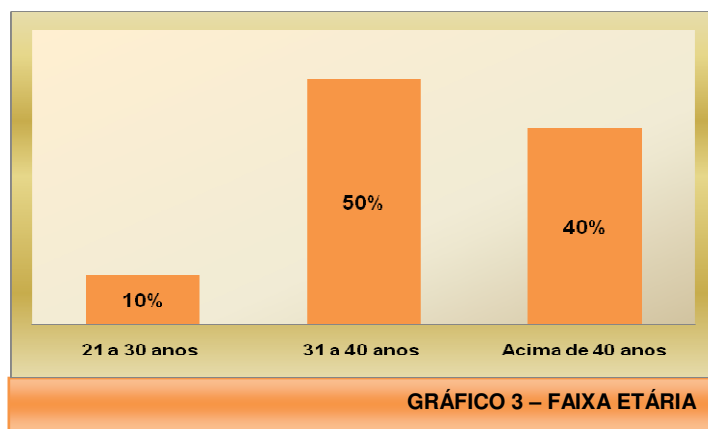
No entanto, em alguns municípios, no caso de ausência e/ou impossibilidade, para garantir a aplicação do questionário, o pesquisador foi orientado a substituir o segmento sem perder o foco do estudo. Neste sentido, em todos os municípios garantiu-se a avaliação sobre coordenadores da Proteção Básica ou Especial; e sobre os técnicos, da Proteção Básica ou Especial. Em se tratando do conselheiro, atingiu-se na amostra 100% do segmento previsto. No Sertão do São Francisco, apresentam-se os seguintes percentuais sobre os segmentos que compuseram a amostra:

SEGMENTO	%
<b>Gestores</b>	<b>100</b>
<b>Conselheiros não-governamentais</b>	<b>100</b>
<b>Coordenadores Proteção Básica</b>	<b>87,5</b>
<b>Coordenadores Proteção Especial</b>	<b>12,5</b>
<b>Técnicos de Proteção Básica</b>	<b>29</b>
<b>Técnicos da Proteção Especial</b>	<b>71</b>

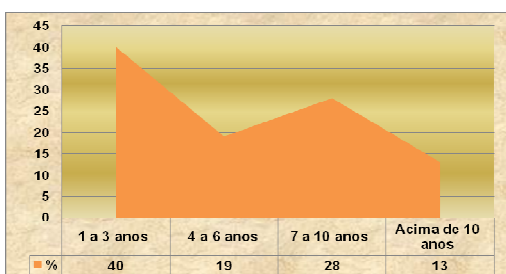
Os pesquisados apresentam as seguintes características:



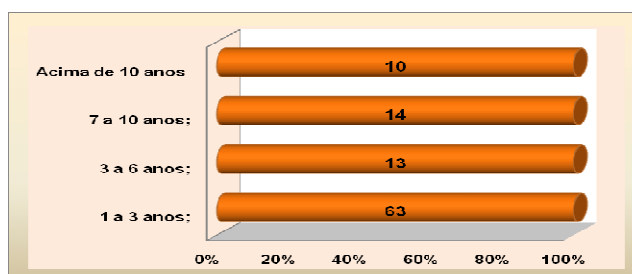
Apesar de o índice ser ainda pequeno, o universo masculino já aparece no cenário da Assistência Social. Vale salientar, que esse universo em sua maioria, representa educadores sociais, monitores e “oficineiros” do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Ainda é escassa a presença de homens como técnicos e conselheiros com formação acadêmica em Serviço Social, Psicologia e Pedagogia.



Em se tratando da faixa etária, os pesquisados estão, em sua maioria, na idade acima dos 31 anos. Considerando a idade cronológica, espera-se dessa equipe um acúmulo de experiência enquanto cidadão. Na Assistência Social 40% dos pesquisados relatam ter experiência de até três anos e a maioria dos pesquisados (63%) atua no município na Gestão Pública, também, até três anos.



**GRÁFICO 4 – TEMPO DE ATUAÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

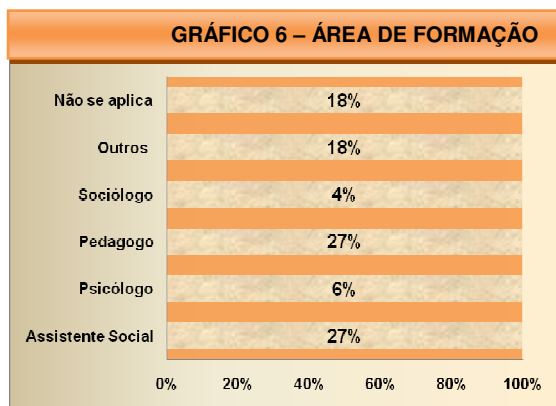
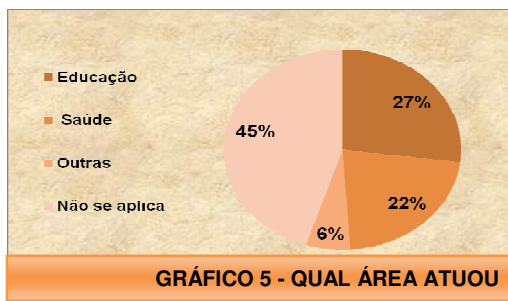


**GRÁFICO 5 – TEMPO QUE ATUA NO MUNICÍPIO NA GESTÃO PÚBLICA**

Pode-se observar que é uma equipe que chegou à atual gestão, e possivelmente, para responder às exigências de um trabalho com qualidade, utilizou parte desse tempo para conhecer o território, no que se refere ao funcionamento da gestão pública municipal e identificar, compreender, planejar e atuar junto às demandas da Assistência Social.

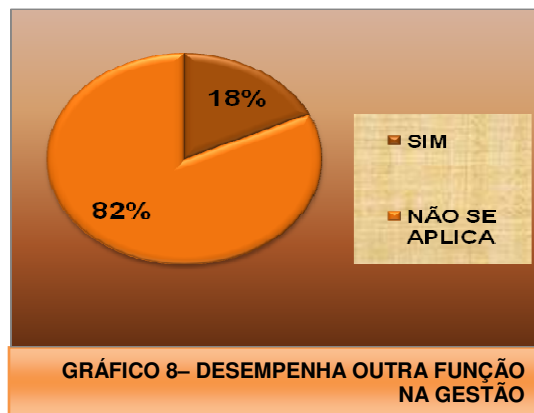
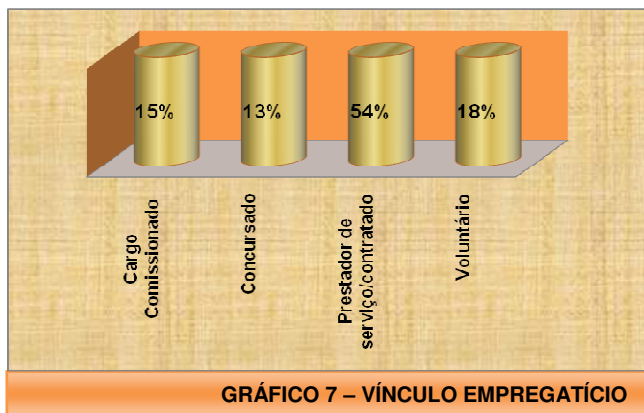
Com relação à escolaridade os pesquisados, apresentam grau de formação “satisfatória” quanto ao acúmulo de conhecimentos; supostamente adquiridos na graduação superior. Dos pesquisados, 36% já concluiu o 3º grau, desses 27% são assistentes sociais, 27% são pedagogos e 4% psicólogos.

A Região conta também com sociólogos - 4%; e outros profissionais, com formação acadêmica em áreas afins -18%. Questionados sobre a experiência em outra área, 54% afirmam que sim. Desses, 27% atuou na área de Educação e 22% na área de Saúde. Relacionando a experiência em outra área social com a área de formação acadêmica, identifica-se que 5% dos pedagogos têm o título, mas não têm experiência na área de formação.



Atribui-se o alto percentual dentre os pesquisados com formação e experiência na área de Educação, a facilidade ao acesso na Região. Contraditoriamente, não existem faculdades que ofertam cursos de Serviço Social e/ou Psicologia. No entanto, todas as faculdades instaladas na Região, ofertam cursos na área de Educação, a saber: Pedagogia, Letras, entre outros.

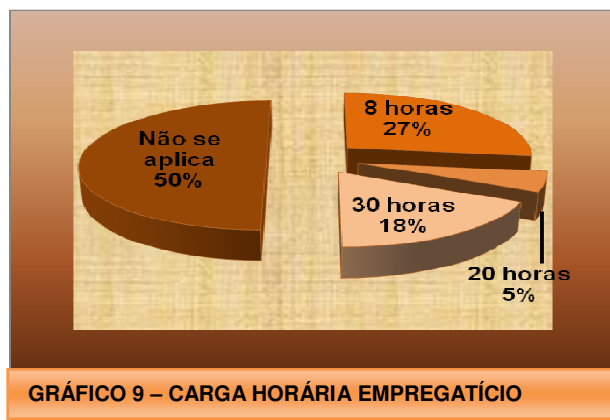
Entende-se que ao possibilitar o exercício na área de Assistência Social, os cursos na área de Pedagogia e Psicologia precisam contemplar nos currículos, disciplinas que abordem, por exemplo, os marcos legais que regem as Políticas sociais de interface com a Educação e Saúde, a fim de contribuir para tão almejada intersectorialidade e integralidade. Pois, a ausência destes durante a formação acadêmica estreita o conhecimento e as reflexões sobre a sociedade onde os profissionais irão atuar. Outro dado que caracteriza fortemente a amostra sobre o universo que atua na gestão pública municipal da Assistência Social é o tipo de vínculo trabalhista dos profissionais.



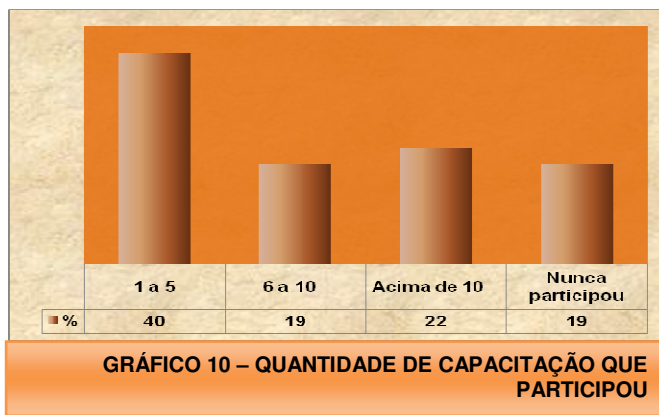
A maioria dos pesquisados (54%) são prestadores de serviço, contratados com tempo definido pela lei trabalhista, seguido de cargo comissionado (13%). Este dado revela a fragilidade no processo de continuidade dos serviços socioassistenciais e da produção de informação técnica acumulada. Todavia, o percentual de concursados (13%) demonstra um movimento sobre a necessidade de compor uma equipe de Assistência Social no quadro de funcionários públicos municipais.

O percentual de voluntário (18%) corresponde à função de conselheiro. O entendimento destes sobre o voluntariado tem um peso diferenciado para cada pessoa e está, diretamente, relacionado à compreensão sobre a importância da função para a consolidação da democracia, a implementação das políticas públicas e o exercício de cidadania plena.

No entanto, é importante refletir sobre a identidade desses voluntários diante da importante tarefa que lhes cabe: **realizar o Controle Social**: formulando, deliberando e fiscalizando as ações. O voluntariado é entendido, na maioria das vezes, como ação sem “compromisso” formal, que nos leva a refletir: **é possível organizar o voluntariado evitando assim o espontaneísmo e o improvisado? Quais as atividades que podem ser realizadas por voluntários sem ter “quebra” de rotina?**



A disponibilidade de carga horária oficial identificada junto aos pesquisados, é de 30 horas semanais para 18%, de 20 horas semanais para 4%, 08 horas semanais para 27%, e para 50% a questão não se aplica. Atribuí-se o alto percentual de pesquisados (27%) que cumprem uma carga horária semanal de 8 horas e ao percentual 50% dos que não conseguem definir uma carga horária “fixa” ao acúmulo de funções e/ou duplo vínculo nos municípios da Região; situação “comum”, mas não reconhecida oficialmente.



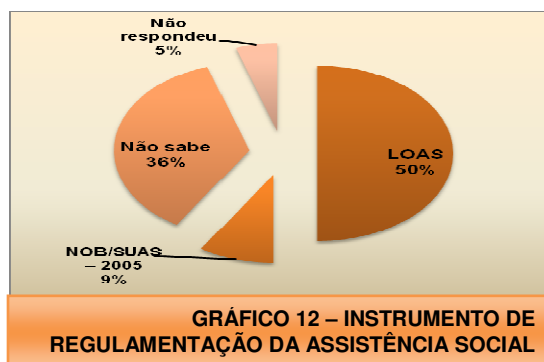
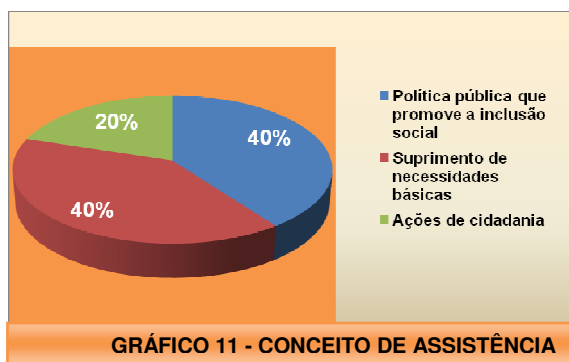
Como se pode observar no gráfico anterior, do grupo de pesquisados, 40% participaram de 1 a 5 capacitações técnicas e 22% participaram de mais de 10. Provavelmente, as capacitações realizadas no período contemplaram os marcos legais e a PNAS/SUAS. Considerando a rotatividade dos técnicos e a baixa disponibilidade para uma atuação mais efetiva, pode-se considerar que as capacitações não atingiram as reais necessidades. No decorrer do Estudo, serão trabalhadas as informações coletadas sobre os conhecimentos dos pesquisados no campo da **FUNDAMENTAÇÃO SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO PLANEJAMENTO SOBRE A ATUAÇÃO FRENTE ÀS NECESSIDADES, DA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES: DEMANDAS X OFERTAS E SOBRE AS QUESTÕES GERAIS QUE TRANSVERSALIZAM A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / SUAS.**

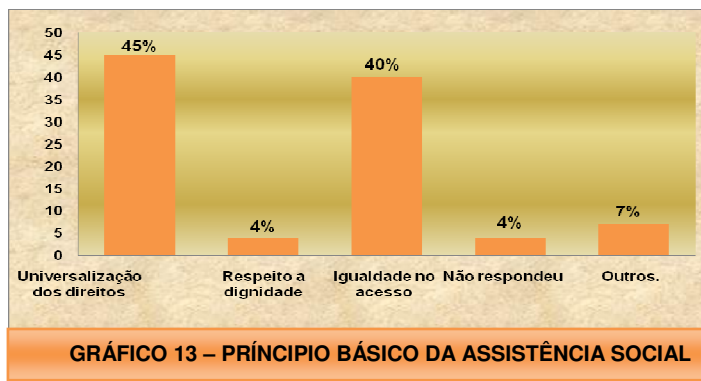
#### 4.1. - FUNDAMENTAÇÃO SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL: MARCOS LEGAIS QUE REGEM A PNAS - CONCEPÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Nos quinze anos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS foram travadas batalhas para estruturar a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. No conjunto de acontecimentos que marcam essa história, algumas vezes a conjuntura levou o movimento ao refluxo. No entanto, um grupo de militantes da Política de Assistência Social esteve sempre levantando as bandeiras pela ética na decisão política e na prática técnica. Apesar de próximos, alguns discursos se diferenciam na concepção de Assistência Social e conseqüentemente na forma de planejar e desenvolver ações frente aos desafios, o que pode torná-las estruturadoras e inclusivas, ou não.

No universo de pesquisados, 40% conceituam a Assistência Social como Política pública que promove a Inclusão Social; desses, 36% quando questionados sobre o marco legal que rege a Assistência Social, respondeu que não sabem e/ou desconhecem. Reconhecem a Universalização de Direitos como princípio básico da Assistência Social, 45% dos pesquisados. Nesse sentido é importante refletir: ***o que de fato na opinião dos que não fundamentam a PAS na LOAS, transforma ações desenvolvidas em Política Pública e direito de cidadania?***

O desconhecimento sobre a legalidade das ações públicas e a formalização dos direitos fragiliza a cidadania plena. Dos pesquisados 20% conceituam Assistência Social como ***ações de cidadania***. A ***igualdade no acesso***, citado como princípio básico da Assistência Social por 40% dos pesquisados, também, recebe forte ameaça se não há legalidade sobre as ações. Se não há uma formalização sobre critérios de atendimento, assegurando justiça no acesso.





É preciso avaliar até que ponto o campo de conhecimento contribui para a capacidade de produção de reflexões e saberes que conduzam as práticas para o processo de Inclusão Social.

A leitura fragmentada sobre a Assistência Social, enquanto, ações direcionadas aos segmentos que compõem as famílias, e não como Política Pública que contempla a família enquanto núcleo social; é reconhecida nos 9% que citam o Estatuto do Idoso como marco Legal que rege a PNAS. Pautado na LOAS, o Estatuto do Idoso é sem dúvida um avanço sobre a garantia dos direitos desse segmento, mas é a LOAS que define os princípios e diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social.

Por outro lado, apesar de 45% dos pesquisados citarem a criança e o adolescente como segmento da família contemplado no desenvolvimento das ações, nenhum dos pesquisados cita o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA como referência na sua intervenção. Observa-se fragilidade na identidade da Assistência Social como parte integrante do Sistema de Garantia de Direitos, que cuida da promoção e proteção da Criança e do Adolescente. Essa fragilidade é mais evidente quando o tema é articulação entre Conselhos municipais das diversas Políticas públicas.

O fato da Assistência Social desenvolver ações direcionadas a população infanto-juvenil e sobre essas deliberar, confunde alguns conselheiros sobre o que cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDECA. Tendo como diretriz a descentralização, apresenta-se como desafio a intersetorialidade e a construção de uma Política municipal para a inclusão, onde participe todas as áreas voltadas para objetivos comuns que devem ir além das visões segmentadas sob os códigos das especialidades técnicas.

A matricialidade sociofamiliar reconhece a família como um “foco” de ação, onde para ela deve convergir toda estratégia de atendimento dos seus membros como instrumento para o fortalecimento coletivo: **família, vários segmentos compondo um núcleo social.**

***“Na prática de muitos que atuam na Assistência Social, há reprodução do clientelismo, reforçada pela questão política partidária, contribui para dependência da população”.***

A opinião do coletivo de gestoras sobre as práticas inadequadas que resistem aos avanços e as conquistas na área de Assistência Social, revela também desafios para consolidar a descentralização político-administrativa. Órgãos do controle social, por

exemplo, ainda se reconhecem muito mais no campo da fiscalização sobre os recursos, do que na difícil tarefa de intervir quando o assunto é abuso de poder e outros temas; que na maioria das vezes, permeiam a Política partidária gerando dependência e exploração sobre os mais vulneráveis.

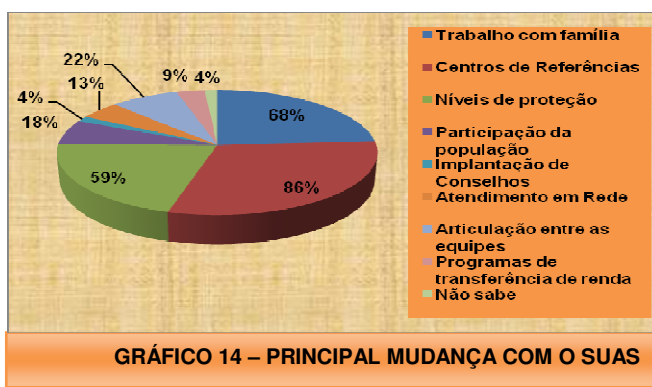
**“O SUAS trouxe entendimento que os seus usuários têm direitos e deveres a se cumprir”.**

O depoimento de uma das gestoras entrevistadas revela um período vazio onde as ações de Assistência Social não provocaram a tomada de consciência sobre o conjunto de elementos que caracterizam uma sociedade e fortalecem o exercício de cidadania. As práticas das equipes devem contribuir para essa tomada de consciência, ou do contrário, não serão eficazes no cumprimento de funções. Neste sentido é importante refletir:

**As transformações sociais acontecem por decreto ou por tomada de consciência? Onze anos distância a LOAS do SUAS, afinal de contas, qual o entendimento que a LOAS trouxe sobre o exercício de cidadania na Assistência Social?**

#### 4.2 SUAS: EXIGÊNCIAS PARA CONSOLIDAR O MODELO DE PROTEÇÃO - REDE DE ATENDIMENTO (INTERSETORIALIDADE/INTEGRALIDADE)

A formação acadêmica abre importante espaço de aprendizagem e crescimento intelectual, algo que em alguns profissionais, estimula o compromisso com a produção científica a partir da sistematização de experiências; tornando possível o ciclo teoria/prática/teoria. A implantação do SUAS exige uma revisão sobre conceitos relacionados à família, ao território, a Rede de atendimentos, entre outros. A teoria colocada frente à necessidade exige adaptações que não venham ferir a lei, mas torne possível o protagonismo.

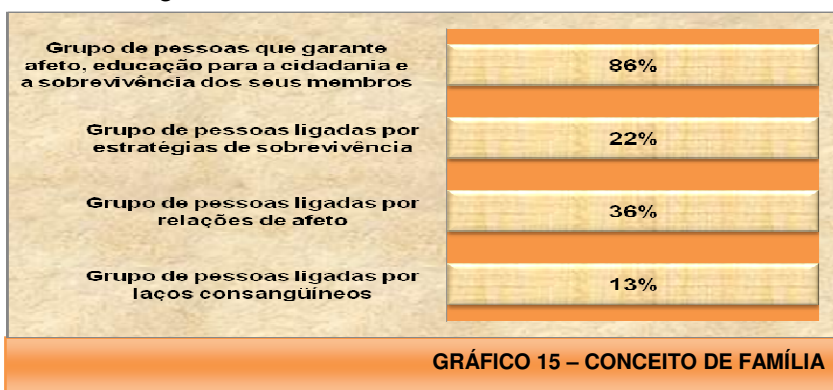


Questionados sobre as mudanças advindas com o SUAS, 86% dos pesquisados citam a implantação dos CRAS, seguido do trabalho com famílias (68%). O descompasso de opinião sobre os Centros de Referência e os níveis de proteção social (59%) mostra que não há uma conexão entre os equipamentos e o modelo de proteção. Os Centros de Referência - CRAS ou CREAS, devem se voltar para a proteção da família; desenvolvendo atividades comuns e específicas, mas sempre de olho na integralidade dos serviços, criando para isso instrumentos e rotinas que aproximem as equipes.

A integralidade é a possibilidade de atingir de forma mais completa as necessidades; aparece como “novidade” do SUAS na opinião de 22% dos pesquisados. Somando esse percentual com o atendimento em Rede 13% e a participação da população 18%, revela-se que a ação coletiva, compartilhada e “articulada” aparece na opinião de 53% dos pesquisados como mudança na Assistência a partir do SUAS. Então,

**Como avaliar os marcos históricos da Assistência Social frente a sua missão de contribuir para a inclusão social? Ficamos isolados todo esse tempo? Quais perdas e os ganhos que tivemos?**

Fazendo um parâmetro sobre esses percentuais em relação ao que foi informado a respeito do princípio básico da Assistência Social, avalia-se que a fundamentação sobre os Centros de Referências não alcança a lógica da territorialidade, do trabalho em Rede e da universalização de direitos; pontos fundamentais para a eficácia dos CRAS junto às famílias. O reconhecimento do trabalho com a família como uma novidade do SUAS, expõe um entendimento de família como mais um segmento “novo” da Assistência Social e não como uma metodologia de trabalho coletivo.



Dos pesquisados 86% conceituam família como um grupo de pessoas que garante afeto, educação para a cidadania e a sobrevivência dos seus membros, 36% reconhece a família como núcleo composto por pessoas ligadas por relações de afeto e 22% por pessoas ligadas por estratégias de sobrevivência.

É possível, a partir das respostas, reconhecer as funções sociais da família com base no texto da PNAS, que contempla o modelo da família contemporânea. No entanto, na maioria dos processos de inclusão, o olhar de técnicos remete ao código referente à família patriarcal, formada por laços consanguíneos.

Durante um período avançou-se nesse sentido, quando foi considerado na Política para concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, um conceito de família que corresponde ao modelo contemporâneo e seus arranjos. No decorrer do tempo, identificaram-se algumas irregularidades sobre a concessão de benefícios, voltando a ser considerado o conceito de família previsto na legislação da Previdência Social. É importante lembrar que cada “avanço” deve ser acompanhado de estratégia para sua consolidação. Não foram criados e/ou revisados nesse processo mecanismos de monitoramento e avaliação que fortalecesse a decisão sobre novos conceitos de família, identificando fragilidades e propondo alternativas que não gerassem o retrocesso. Considerando esses acontecimentos é importante refletir: **o movimento de refluxo**

## **revela as nossas concepções sobre modelos de família? Como a revisão desse conceito interfere na implementação da PNAS?**

A viabilização dos Centros de Referência está, diretamente, ligada a Rede socioassistencial, na sua capacidade de atendimento em complementaridade de forma intersetorial, alçando as famílias para projetos estruturadores.

**“(…) A Rede se expandiu, pois só era vista como articulações setoriais e hoje se intensificou com outras entidades não governamentais”.**

**“(…) Houve um avanço, pois acontecerá uma maior mobilização das entidades”.**

**“(…) A Rede se expandiu e criou uma nova dimensão do que seja política social e facilitou o trabalho das equipes”.**

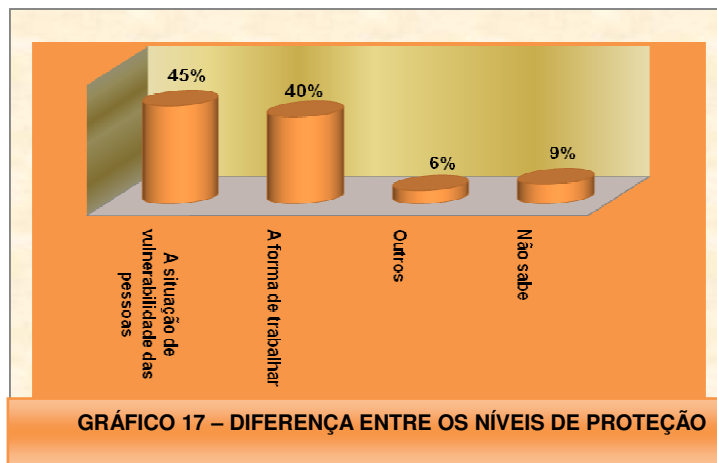
Não é a composição que dá identidade ao trabalho em Rede. É preciso atingir a complementaridade de ações, entrelaçando compromissos e responsabilidades sobre as famílias, combatendo assim as ações sobrepostas, tão comuns quando não conseguimos compreender a importância da Rede, na lógica do modelo de proteção do SUAS.



Provocados sobre a conceituação de Rede socioassistencial, 50% conceituam como entidades que atuam de forma complementar para atingir objetivo comum. Dos pesquisados, 27% não despertaram para o que de fato caracteriza o atendimento em Rede e relacionam o termo ao espaço geográfico comum onde as ações acontecem. Há um alto índice que não sabe o que vem a ser Rede socioassistencial 22%. Essa dificuldade em perceber a complementaridade de ações que caracterizam a Rede, justifica a compreensão da dificuldade do trabalho com famílias. Apesar de fundamentadas, as equipes ainda enfrentam dificuldades metodológicas e o trabalho que deveria atingir o núcleo, atinge os segmentos das famílias sem repercutir no desenvolvimento coletivo da desta.

**“(…) Com o SUAS há uma necessidade de se articular por causa dos programas sociais que estão ligados a área de Saúde e Educação”.**

**ALTERAMOS A NOSSA PRÁTICA POR DECRETO OU POR TOMADA DE CONSCIÊNCIA?**



A compreensão sobre o modelo de proteção social pode ser avaliada a partir da caracterização sobre os níveis desta proteção. Os 45% dos pesquisados que indicam a situação de vulnerabilidade das pessoas como um critério que diferencia o atendimento nos níveis de Proteção, provavelmente ainda compreenda o atendimento como uma ação pontual, de respostas emergenciais. Pois esses desconhecem e/ou desconsideram o princípio da universalização de direitos. Isso amplia a possibilidade de mais uma vez, fragmentar a família, não compondo as ações no campo da integralidade dos serviços. O que exige articulação e integração da equipes.

Por outro lado, entender que o atendimento nos níveis de proteção social se diferencia pela forma de trabalhar 40%, não se está relacionando, obrigatoriamente, as especificidades, e sim, a metodologia. Esta é uma questão a ser aprofundada. Pois a linha metodológica implícita nos eixos estruturantes do SUAS, é uma estratégia para aproximar as equipes nas atividades comuns e na avaliação sobre a família, enquanto núcleo: notificação sobre violência, registro de acompanhamento sobre a participação das famílias nas diferentes atividades, etc.

#### **4.3. FUNDAMENTAÇÃO SOBRE O CONTROLE SOCIAL**

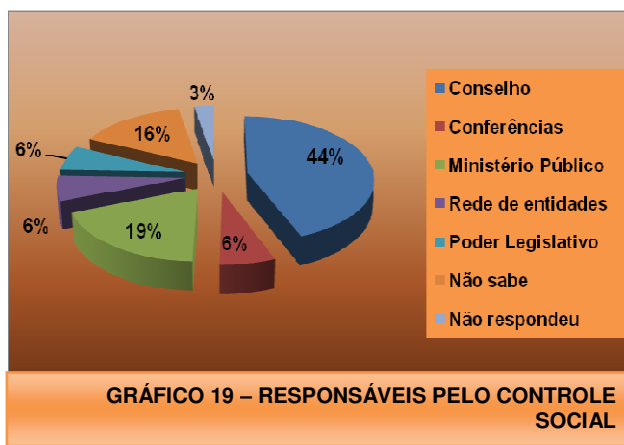
***“O controle social ainda não está no ideal. O conselho só existe por decreto, mas de fato nada acontece. Os representantes são indicados e às vezes nem entendem, nem tem afinidade com o papel do conselho. O controle ainda está no campo representativo, onde as famílias nem tem assento nos conselhos”.***

O depoimento que caracteriza a opinião dos (as) gestores (as) de Assistência Social aponta fragilidades na implantação dos conselhos - entendimento sobre a importância do órgão, na composição e paridade, no desenvolvimento das ações - compreensão sobre papéis e competências frente ao controle social - e a democracia participativa.



O poder Legislativo, por exemplo, apesar de ser eleito pelo voto direto com o objetivo de formular e aprovar leis municipais é reconhecido, por uma minoria, como órgão de controle social 6% por parte dos pesquisados. O Ministério Público é reconhecido por 27% e o Conselho é citado pela maioria de pesquisados 63%, não sabe 22% e não respondeu 4%.

Esses percentuais revelam que 26% desconhece o conteúdo. As conferências são citadas por 9% dos pesquisados e está em quarto lugar na escala decrescente sobre a melhor forma de repassar conhecimentos. Compreende-se que a conferência é muito mais para aprofundar do que para adquirir conhecimentos. Neste sentido, as conferências deveriam estar na culminância do conjunto de ações realizadas a cada dois anos, compondo o conjunto de atividades que fomentem a democracia participativa. Não relacionar a conferência com o Controle Social é desconhecer a sua importância para a formulação da Política de Assistência Social a nível micro e macro.



A fundamentação sobre o controle social provoca a necessidade de uma revisão sobre as práticas para fortalecer a democracia participativa e o exercício de cidadania. Apesar de 54% dos pesquisados reconhecer o controle social como a participação ativa da sociedade nas decisões e avaliações sobre as Políticas públicas, 27% não sabem conceituar, 4% não respondeu; o que corresponde a 31% de desconhecimento e 9% tem outro conceito que não contempla a essência do controle social: a democracia participativa. Outro dado preocupante, já apresentado neste documento, é que 49% dos pesquisados não sabem/não responderam sobre a fonte de informação que fundamenta a

atuação dos conselheiros. Dos 22% que citam o Plano Municipal de Assistência Social, nenhum é conselheiro.

É desconhecido para a maioria dos pesquisados 73%, que cabe ao Conselho de Assistência Social deliberar sobre a Política de Assistência Social. Apesar do conselho ser um órgão de controle social reconhecido pela maioria, apenas 4% dos pesquisados – coordenadores, técnicos e conselheiros - cita como tarefa do Conselho aprovar a prestação de contas sobre os recursos utilizados na implementação das ações.

Não compreender que cabe ao Conselho a deliberação sobre a Política de Assistência Social é inquietante. Porém o que preocupa neste Estudo, é identificar um desconhecimento de 58% dos conselheiros pesquisados sobre a LOAS e 86% não reconhecer a Assistência Social enquanto Política Pública que promove a Inclusão Social.

Dos conselheiros pesquisados 42% reconhecem que é sua função a deliberação sobre a Política de Assistência Social, mas nenhum desses cita o Plano Municipal de Assistência Social como uma ferramenta de trabalho. Então: ***O que fundamenta a atuação dos conselheiros? Quais os princípios e procedimentos considerados no processo de deliberação?***

O descompasso de entendimento sobre o controle social ameaça o processo de descentralização e implementação da Política. O Plano Municipal de Assistência Social – PMAS continua sendo uma importante exigência para o processo de descentralização político-administrativa. No entanto, com a possibilidade dos municípios apresentarem o PMAS diretamente ao governo Federal, a Comissão Intergestora Bipartite – CIB não tem em seus arquivos os Planos como documento de consulta para balizar o tratamento dos diferentes de forma distinta.

Por outro lado, a tarefa que direciona os recursos considerando o porte dos municípios e outras exigências formais, poderá estar acontecendo sem a reflexão sobre as estratégias formuladas pelas gestões Municipais para a resolutividade das questões. O que de fato marca a diferença entre todos que têm porte comum. Entende-se a partir desta informação, que não são apenas os municípios que estão atuando sem um estudo diagnóstico; este também é um problema para a gestão Estadual e Federal resolverem.

#### **4.4. PLANEJAMENTO SOBRE A ATUAÇÃO FRENTE ÀS NECESSIDADES METODOLOGIA DE TRABALHO COLETIVO**

***“As condicionalidades do Programa Bolsa Família provocou a articulação/intersetorialidade, já que o cadastro permite visualizar o cidadão como ser integral e não isolado. A partir daí, as outras políticas passaram a entender que a Assistência Social também tem sua tecnicidade. Por outro lado, nos municípios de pequeno porte esta articulação, entre os níveis de proteção, não existe; por não ter serviços especializados”.***

Considerando as diferentes concepções sobre a Assistência Social o planejamento sobre as ações recebe uma forte interferência dos atores que atuam no Sistema de Garantia de Direitos. Nessa quebra de braços entre o real e o ideal, na maioria das vezes,

o planejamento se volta para as ações emergenciais; distanciando-se das ações estruturadoras.

***“(...) Mudou muito pouco, pois existe uma barreira cultural muito grande. A questão é que o planejamento contempla o assistencialismo”.***

***“(...) O SUAS nos orientou em como planejar e nos orienta até hoje”.***

***“(...) Com a contratação de técnicos ficou mais fácil de fazer”.***

Questões culturais marcam fortemente a leitura dos usuários sobre a Assistência Social e essa leitura, muitas vezes, vem sendo confirmada a partir de decisões políticas e atitudes técnicas. O SUAS apresenta uma série de orientações compondo as diretrizes sobre a implementação da Política.

No entanto, mais uma vez, a ética surge como o elemento que faz a diferença, que promove a Assistência Social do campo da tecnicidade para o campo da produção de saberes, do respeito às diferenças, da socialização de conhecimentos garantindo ao usuário oportunidade de escolha, visão crítica para que o protagonismo aconteça. Portanto, não é a quantidade de técnicos que fará a diferença no planejamento, mas sim, a capacidade destes assumirem de fato, o compromisso com a ética profissional e planejarem a atuação nesse sentido.

***“(...) A secretaria não tem autonomia para gerir os projetos, pois todos os recursos só são disponibilizados se for aprovado pelo prefeito”. Portanto, a questão de planejar depende da prefeitura.***

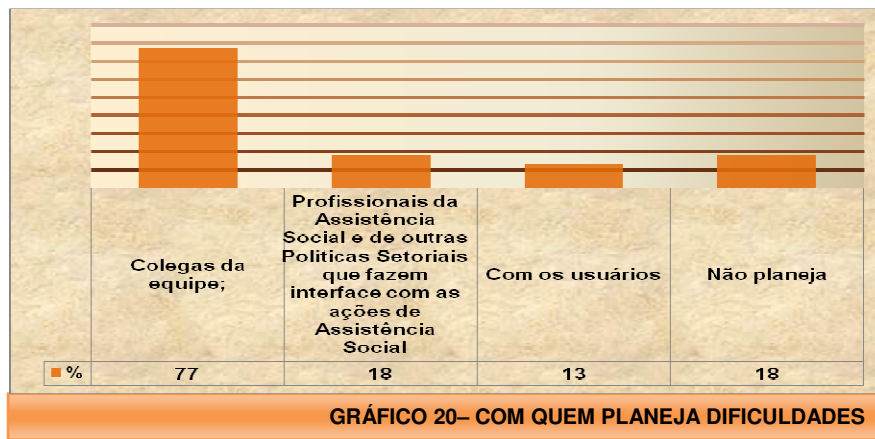
Entende-se que a Política de Assistência Social compõe um Plano de Governo aprovado nas urnas e que este deve ser acompanhado pela população através dos órgãos de representação direta - Legislativo e Conselhos - e dos Órgãos instituídos com esse fim, Ministério Público, por exemplo. Diante de depoimentos que culpabilizam os prefeitos por atitudes autoritárias que ameaçam a implementação da Assistência Social, se reconhece uma fragilidade, e até mesmo em alguns casos, a inoperância dos órgãos que deveriam estar em alerta para defender os direitos já conquistados e assegurados na qualidade dos serviços.

A falta de autonomia, justificativa utilizada para explicar a centralidade nas decisões, tem relação direta com a falta de conhecimentos sobre papéis e competências dos vários atores sociais que atuam na gestão Municipal. A submissão está atrelada, também, aos interesses de sobrevivência que esvaziam os discursos e cristalizam o individualismo. Acredita-se que o avanço será promovido quando a equipe for composta por concursados, sem atrelamento político partidário, ou que assumam cargo de confiança do gestor e nem sempre da população em situação de vulnerabilidade social.

***“Em virtude da existência das relações de interesse pessoais e partidários, há conflitos. O papel de mediador tem um limite para não gerar o desemprego profissional”.***

O trabalho coletivo ainda é compreendido, pela maioria, como agrupamento de pessoas para o desenvolvimento de determinada ação. Entendimento que vai de encontro ao conceito de Rede já apresentado neste documento. ***Onde está a coerência entre a fala e as atitudes?***

Dos pesquisados, 82% realiza planejamento e 18% assumem não planejar. Desses, 77% planejam com colegas de equipe e 18% com profissionais de outras áreas. Nenhum dos pesquisados planeja com as entidades que atuam nos territórios onde as ações estão sendo implementadas e apenas 13% planejam com os usuários.



O Planejamento sobre a coletividade deve contemplar a participação dos usuários. Esse é um processo resultante da vivência nos pequenos grupos: o acolhimento, sobre as divergências, a socialização de conhecimentos, o estímulo a criticidade e a construção de propostas, etc. Um trabalho que deve empoderar a família repercutindo sobre a sua consciência coletiva e comunitária. A crítica sobre o baixo percentual de pesquisados que planejam com a família está acompanhada da reflexão sobre a acomodação das famílias, citada durante o grupo focal e já registrada nesse documento: ***Quais as alternativas para combater a acomodação? Quem de fato está acomodado? As famílias na sua condição de tutelados ou as equipes no desenvolvimento de práticas equivocadas e ultrapassadas?***

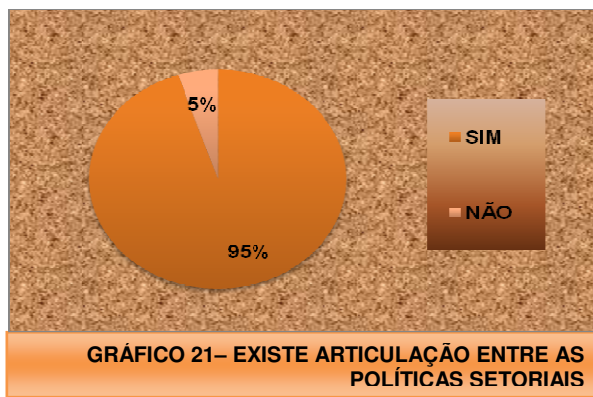
Dos pesquisados 36% atribuem ao trabalho coletivo uma característica de um gerente/coordenador ideal. Direcionando a amostra para os coordenadores de proteção básica, esse percentual sobe para 57%. No entanto, a ausência de intersectorialidade e o distanciamento das entidades que atuam no território, no momento do planejamento, abrem possíveis falhas no trabalho coletivo na perspectiva da universalização dos direitos.

#### 4.5 INTERSETORIALIDADE

O gráfico sobre com quem se desenvolve o planejamento revela que há falta de intersectorialidade, conscientemente ou inconscientemente. A territorialização, no Sertão do São Francisco desconsidera no planejamento a “Rede” local.

A ação intersectorial alimenta e possibilita a universalização de direitos. É a ação intersectorial que dá vida a Rede, mas esta ainda é um desafio político metodológico. A formação acadêmica, na maioria das vezes, leva para a prática profissional um modelo de atuação voltado para responder as questões específicas; o que cabe a cada área de forma fragmentada, repartindo pedaços de compromissos e responsabilidades que nem sempre se compõem. Ficam próximos, mas não se encontram; não se encaixam numa

visão ampla, nos objetivos comuns e/ou no desenvolvimento de metodologia que promova a articulação de ações com integração de equipes. Mas, segundo os pesquisados, mesmo enfrentando dificuldades, mesmo com um baixo percentual dos que planejam juntos, há articulação entre as Políticas setoriais:

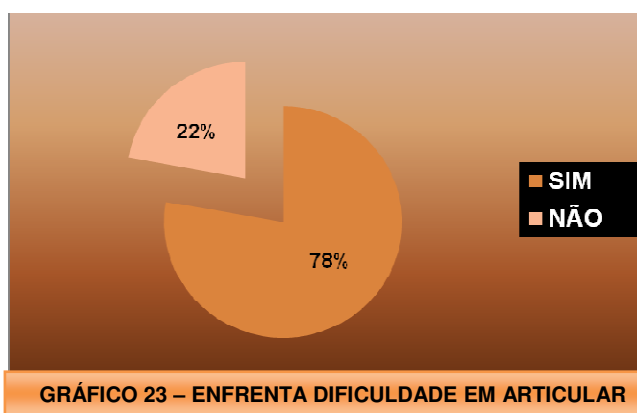


Considerando que apenas 18% afirmam planejar com outras equipes de outras áreas sociais. **De que ações articuladas os 36% dos pesquisados estão falando?**

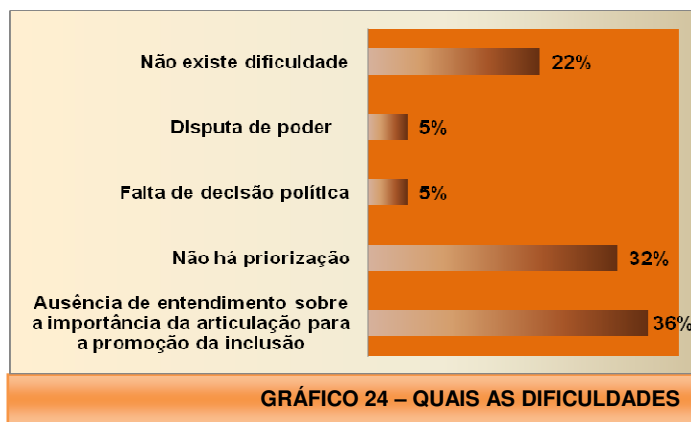


**“(…) Todos os programas ficam dependentes de outras Políticas, pois a articulação renova e dar mais apoio para se trabalhar”.**

O percentual de pesquisados que afirmam se articular com outras Políticas sociais durante os encaminhamentos demonstra que possivelmente desenvolve-se política de troca de “favores” ou repasse de responsabilidades, já que apenas 9% citam a articulação durante planejamento, monitoramento e avaliação.



Questionados sobre o que caracteriza as dificuldades na articulação das Políticas Setoriais na perspectiva da intersectorialidade, os pesquisados apontam a seguinte seqüência:



Analisando os percentuais questiona-se: **O suprimento de informações garante a articulação?** Observando o gráfico, segundo os pesquisados entende-se que no Sertão do São Francisco a dificuldade para desenvolver a articulação entre as Políticas sociais está mais evidente na ausência de vontade (42%), que se distribuem entre não há priorização, falta de decisão política e disputa de poder. Neste sentido, não basta só fundamentar os atores sociais sobre a Política de Assistência Social é preciso deflagrar um processo de sensibilização e construir relações de confiança, co-responsabilidade e cumplicidade sobre os resultados.

**“(…) Evoluiu muito pouco, pois ainda não se tem a visão de integração de ações, com isso não acontece priorização”.**

**“(…) Ainda é um grande desafio, pois não se tem um entendimento do que seja a política de inclusão social”.**

Um percentual significativo (54%) tem experiência em outra área social, desses 27% atuaram na Educação e 22% na Saúde. No entanto, diante dos depoimentos dos pesquisados, é possível que as articulações junto a essas áreas ainda se processem de forma pontual atingindo pessoas isoladamente e não a instituição como um todo.

As articulações não são planejadas com base nos objetivos e na transversalidade das ações. Na maioria das vezes, é pinçado do conjunto de atividades, o que, de acordo com a visão setorializada dos técnicos corresponde às responsabilidades específicas da área. Neste sentido, se perde uma grande oportunidade de vivenciar a intersectorialidade sem fragmentar o atendimento ou as pessoas.

#### 4.6 INTEGRALIDADE

A integralidade das ações promove a unidade no atendimento e ao mesmo tempo contempla as especificidades que cada caso traz. A forma de atuação em demandas específicas é indicada por 40% dos pesquisados, como a característica que diferencia a Proteção Básica da Proteção Especial. As especificidades exigidas pelas necessidades dos usuários podem ser um forte argumento para justificar o isolamento dos técnicos no processo de atendimento, ameaçando assim, a lógica do modelo de Proteção Social que

se volta para o fortalecimento da família, a partir do atendimento direcionado às pessoas que compõem essa família.

Dos pesquisados, 40% solicitam como tema para uma capacitação-trabalho com família e 31% reconhece o trabalho coletivo como algo necessário para fortalecer a participação do usuário. Neste sentido, há possibilidade de haver fragilidades no campo da integralidade, sobretudo pela ausência de metodologia que aproxime os atores envolvidos nas ações.

#### 4.7. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O processo de captação de recursos voltado para alterar a realidade de vulnerabilidade social, deve estar intrinsecamente ligado ao diagnóstico social, respaldado pela vigilância socioassistencial; uma atividade dinâmica de acompanhamento sobre a realidade no território.

***“(...) O dinheiro veio direcionado para trabalho com famílias”.***

Este depoimento registrado durante entrevistas semi-estruturadas revela que a concepção de família como um segmento “novo” questiona até mesmo a coerência sobre o direcionamento dos recursos. Entende-se que na compreensão de alguns gestores é “seguro” segmentar a captação de recursos.

***“(...) O co-financiamento do PETI diminuiu e com isso o número de alunos assistidos também diminuiu”.***

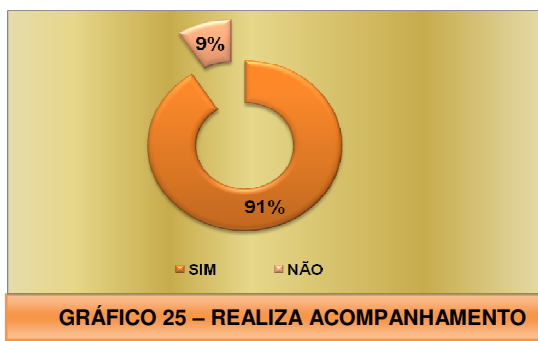
Por outro lado, atrelar o atendimento do PETI ao co-financiamento do governo Federal, provoca a seguinte reflexão: ***O PETI se resume ao pagamento da Bolsa? Como garantir a continuidade da jornada ampliada? A captação de recursos para viabilizar ações complementares acompanha o processo de revisão e elaboração sobre a Política de Educação?***

Questionados sobre o processo de financiamento das ações de Assistência Social, a maioria cita que é através das esferas de Governo, mas não cita o **Fundo**. Sendo esta uma interpretação mais próxima do que a maioria dos pesquisados respondeu: governo Federal para o município, que significa dizer, financiamento fundo a fundo. Portanto, não é seguro afirmar que há conhecimento sobre o Fundo e a sua importância para a consolidação da Política pública de uma forma democrática e participativa. Ressalta-se que o tema gestão financeira é solicitado por 36% dos pesquisados como conteúdo para capacitação.

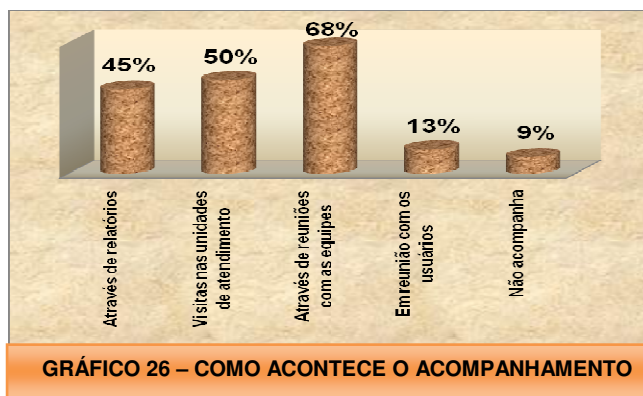
#### 4.8. METODOLOGIA PARA O ACOMPANHAMENTO SOBRE AS AÇÕES: DIAGNÓSTICO SOCIAL - DEFINIÇÃO DE INDICADORES

***“(...) O monitoramento antes não existia, mas hoje temos que prestar conta ao Ministério”.***

Reconhecendo a importância do acompanhamento para a consolidação da Política, 91% dos pesquisados declaram a existência dessa atividade em seus processos de trabalho; conforme gráfico a seguir:



Os pesquisados apresentaram como atividades de acompanhamento reunião com as equipes por 68%, seguido de visitas às unidades por 50%, acompanhamento através de relatórios 45% e 13% em reuniões com os usuários.



Confrontando os dados dos gráficos acima, com o alto percentual de pesquisados que enfrentam dificuldades em sistematizar (54%) e para (22%) a dificuldade é a disponibilidade de tempo. Entende-se que a sistematização é uma atividade que não compõe a rotina da equipe pesquisada. Neste sentido, vale à pena refletir: ***É possível realizar o acompanhamento sem a sistematização? O que fundamenta o acompanhamento sobre a implementação da proposta? O que alimenta os relatórios sobre a implementação das ações?***

***“(…) A territorialização ajudou muito no planejamento, pois facilitou a atuação por território”.***

***“(…) Os programas estão atingindo toda a área do município, tanto rural como urbana”.***

Apesar de informações referentes à implementação da Política de Assistência Social, o diagnóstico é indicado por 45% dos pesquisados como um tema que precisa ser aprofundado. A vigilância socioassistencial não aparece nos depoimentos dos gestores.

A ausência de estudo diagnóstico ameaça a avaliação como uma ação contínua e sistemática. A falta de sistematização reduz as ações públicas de Estado em ações personificadas de gestões. Assim, corre-se o risco de repetir os mesmos erros e/ou

investir na superficialidade do problema sem atingir a sua essência - o que só poderá acontecer com a articulação e a intersectorialidade. Por falta de indicadores, muitas vezes, resultados desastrosos são reconhecidos como avanços. **Resta saber se esses resultados impactam e produzem as transformações ou consolidam e mascaram os problemas?** Sem parâmetros desperdiçam-se os recursos públicos em ações emergenciais e pouco estruturadoras, a começar pelo trabalho em equipe.

#### **4.9. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES: DEMANDAS X OFERTAS DESCENTRALIZAÇÃO: AS RELAÇÕES DOS GOVERNOS NAS DIFERENTES ESFERAS PÚBLICAS.**

A Política de Assistência Social e o SUAS têm como compromisso contido no conceito de solidariedade: **conciliar independência individual com responsabilidade coletiva**. Neste sentido, cabe ao poder público, enquanto Estado, reafirmar as suas atribuições e autoridade frente aos desafios que diferenciam e agrupam os cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Portanto, o conceito de solidariedade provoca novos modelos de gerenciamento e novas funções relacionadas às relações coletivas, compreendidas como relações sociais.

O processo de implantação dos serviços e implementação das ações está contido em vários contextos e espaços de poder que, de forma descentralizada e “autônoma”, concretiza a co-responsabilidade a partir dos municípios sobre o território nacional. Esse processo articulado possibilita nas diferentes Regiões do país, o acesso aos direitos conquistados promovendo assim, a justiça social.

O texto produzido até o momento, possibilita a identificação de demandas relacionadas às orientações, recomendações e exigências para a implantação e implementação dos serviços do SUAS e, conseqüentemente, a atuação das equipes de Assistência Social nas três esferas de governo.

A descentralização, um processo que chegou bem antes do SUAS, recebe um tom de novidade nos depoimentos dos gestores. Resta saber se a surpresa está relacionada com o desconhecimento ou se de fato, para alguns gestores da Assistência Social, o SUAS deu uma nova roupagem à descentralização, no que se refere, por exemplo, a concretização de exigências no campo do financiamento, sendo este o ponto mais destacado pelos entrevistados.

**“(...) Ficou mais fácil descentralizar as ações e recursos. Descentralizou o trabalho da Assistência Social, ficou mais fácil trabalhar”.**

**“(...) Facilitou o Trabalho com a realidade. Observa-se o dia-a-dia”.**

Mas, nem tudo é novidade! Para descentralizar as ações de Assistência Social e implantar o SUAS no Sertão de São Francisco, continua sendo exigido à implantação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS à luz da culminância de um processo de discussão sobre cidadania e a vivência da democracia participativa; a organização, a gestão e o acompanhamento sobre o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS que tratará da previsão orçamentária; e o Plano Municipal de Assistência Social - PMAS etapa diagnóstica que prevê a hierarquização de demandas, eleição de prioridades, definição de objetivos, indicadores, metas e todo movimento intersectorial.

A descentralização político-administrativa traz responsabilidades distintas e compromissos comuns sobre as gestões públicas nas três esferas de Governo. O balizamento das responsabilidades recebe, além das orientações e exigências legais, um peso subjetivo: as decisões no processo de desenvolvimento das ações de Assistência Social, que muitas vezes, revelam valores sociais “cristalizados”. Com base nesses valores são decodificadas possibilidades e impossibilidades.

A comunicação entre as esferas de governo é fundamental para o processo de descentralização. A responsabilidade compartilhada sobre a implementação da Política de Assistência Social tem como pano de fundo a articulação permanente. Um processo que exige uma comunicação que de fato traga elementos para a elaboração e revisão sobre as propostas para consolidar o SUAS. Algumas estratégias para agilizar processos e desburocratizar encaminhamentos, dão margem para interpretações que distanciam as esferas de governo, quebram etapas e promovem ingerência.

O processo de descentralização no Sertão do São Francisco sob a ótica dos entrevistados traz os seguintes elementos para análise:

#### **NO QUE SE REFERE À ATUAÇÃO DOS CONSELHOS .....**

*“(...) Os conselhos estão mais atuantes, pois sentiam a necessidade de fiscalizar as ações”.*

*“(...) Aumentou a fiscalização dos conselhos, portanto ele inibe a ação de desvio de verbas”.*

*“(...) Os conselhos estão mais ativos, pois se conscientizaram de seu papel”.*

De acordo com a opinião da maioria dos entrevistados e pesquisados **fiscalizar e acompanhar** são as duas principais funções dos conselheiros de Assistência Social. Assim: ***O acompanhamento citado alcança os objetivos e o desenvolvimento das etapas possibilitando a fiscalização? A fiscalização é uma atividade isolada que busca resposta mais quantitativa que qualitativa?***

*“(...) O recurso aumentou e posso gerenciar com mais facilidade”.*

*“(...) Os recursos já vêm destinados às ações”.*

O repasse dos governos Estadual e Federal para os municípios como já apresentado neste Estudo, foi interpretado como fundo a fundo por 82% dos pesquisados, 71% são conselheiros e desses 41% reconhecem que é seu papel deliberar sobre a PNAS a nível local.

Um dos pontos reconhecidos como positivos no processo de descentralização é a possibilidade de organizar os recursos diante das necessidades. A fiscalização sobre os recursos, também, é citada como um avanço do controle social. Porém, o baixo percentual de conselheiros que reconhecem a Assistência Social como uma Política pública (14%) e que reconhecem a LOAS como marco Legal que rege a Política (42%) deve provocar um redirecionamento nos momentos de capacitação, garantindo investimento no campo da fundamentação sobre a PNAS.

Por outro lado, a elaboração dos Planos já não tem destaque como documento que reflete a opinião da população e a participação do usuário. O processo de elaboração

e apresentação do PMAS, na atualidade, acontece muito mais dentro de gabinetes. Dos conselheiros pesquisados, por exemplo, nenhum cita o Plano Municipal de Assistência Social como instrumento que fundamenta a atuação dos conselheiros.

#### 4.10. TERRITORIALIZAÇÃO, INTERSETORIALIDADE, ATUAÇÃO EM REDE

A territorialização é o espaço geográfico onde a sobrevivência se estabelece com suas estratégias individuais e comunitárias. Nesses territórios identificam-se as necessidades comuns das famílias que residem e das equipes que se propõem a atuar junto às famílias no campo das necessidades identificadas. Esse encontro das necessidades e das demandas provoca a identificação sobre as potencialidades e fragilidades, fazem florescer aproximando as pessoas - equipes e famílias - numa grande Rede de intervenção; onde todos assumem responsabilidades complementares. Uma ação intersetorial movida e alimentada pelo reconhecimento de que todas as respostas não estão em nós mesmos e que cada parte é fundamental para compor o todo.

*“(...) As delimitações das ações são mais focadas e ficam mais precisas”.*

*“(...) Os programas abrangem um maior número de famílias”.*

*“(...) Aumentou o número de famílias assistidas, tanto na zona rural como na urbana”.*

Na opinião dos(as) gestores(as) entrevistados(as), a territorialização possibilitou um ordenamento sobre a execução, pautado numa eleição de prioridade. Por outro lado, 90% dos pesquisados afirmam ter dificuldade em desenvolver trabalho com famílias, desses 40% participou de até cinco capacitações. Estar no território exige das equipes uma atuação mais resolutiva, o que não significa dar conta de todas as problemáticas que fortalecem a situação de vulnerabilidade social. A resolutividade no território está no campo da articulação intersetorial e fortalecimento da Rede socioassistencial. Para isso, as capacitações precisam ser planejadas contemplando toda Rede, abordando, sobretudo, a metodologia de trabalho coletivo.

A territorialização, também é apresentada pelos(as) gestores(as) como uma estratégia para ampliação do atendimento, inclusive na zona rural. Esse avanço traz desafios estruturais: é na zona rural onde existe a maior escassez dos serviços. **Como construir na zona rural uma Rede para a complementaridade das ações?**

Esta é uma provocação sobre a ordem de prioridade no campo do investimento. Ainda é comum, por exemplo, encontrarmos nas estradas dos sertões carros transportando estudantes da zona rural para a zona urbana. A falta de escolas na zona rural, ou a precariedade dos espaços onde as escolas funcionam - a maioria multi-série; é uma amostra da dificuldade em estabelecer na zona rural uma Rede básica, em relação aos problemas que alimentam a vulnerabilidade social. Do contrário, será preciso aumentar a frota de carros para transportar as pessoas para a zona urbana e só assim garantir o acesso aos serviços.

A atuação em Rede deve se voltar para a complementaridade e integralidade no atendimento. É evidente nos depoimentos dos entrevistados e respostas dos pesquisados a necessidade de aprofundar reflexões no campo da identidade coletiva, da intercessão sobre as ações e do compromisso com os resultados.

As falhas ocorridas na concretização da territorialidade das ações podem estar em três campos importantes para a implementação da Política de Assistência Social:

- ☞ **Ausência do Diagnóstico** sobre os focos de vulnerabilidade social dentro do município;
- ☞ **Ausência de análise** sobre os problemas identificados como fortalecedores dessa vulnerabilidade;
- ☞ **Ausência de planejamento intersetorial** e a **organização dos serviços** frente às demandas e o potencial das equipes no processo de execução, acompanhamento e avaliação.

#### 4.11. ARTICULAÇÃO DOS NÍVEIS DE PROTEÇÃO INTEGRALIDADE DAS AÇÕES

Dos pesquisados 45% afirmam que a forma de trabalhar é o que caracteriza os níveis de proteção social e apenas 10% citam que existe articulação entre a proteção básica e a proteção especial. Confrontando esses dois percentuais, resta saber qual a metodologia que caracteriza o modelo de proteção social do SUAS.

***“O Desafio do profissional de Assistência Social é repensar a prática com o olhar para família, já que no processo de formação profissional foi provocado o olhar para comunidade, para os segmentos e agora para a família; está no processo de formação parte da responsabilidade pela falta de conhecimento”.***

Segundo depoimento comum das gestoras e/ou representantes da Gestão no grupo focal realizado em Petrolina, a formação profissional precisa considerar o campo de atuação e a conjuntura no que se refere à atualização sobre as abordagens frente aos desafios. É importante lembrar que as capacitações apóiam a atuação profissional, mas não tem como objetivo substituir a formação acadêmica. Não é papel da Assistência Social produzir Educação Formal, “classificatória”.

A articulação é uma cadeia de pertencimento que aponta para um caminho coletivo: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos entre outros, devem disponibilizar o campo de “especialidades” de sua formação para a construção de uma abordagem interdisciplinar e intersetorial. É importante que a articulação processe potencialidades sem fragmentar, do contrário não é articulação.

Fazendo uma análise sobre o todo, e reconhecendo os 20% dos pesquisados que citam como momento de articulação o repasse de responsabilidades; há uma possibilidade da complementaridade de ações, citadas por 72%, acontecer na sua maioria, no campo dos encaminhamentos. Essas atividades são importantes para a integralidade nos níveis de Proteção Social, no entanto, precisam de outros elementos para concretizar de fato a integralidade. Por exemplo:

- ☞ **Discussões ampliadas sobre os níveis de Proteção Social** e as ameaças de fragmentação sobre as ações junto às famílias;
- ☞ **Socialização e discussão sobre concepções de família** e de como processar o acolhimento da família enquanto núcleo e não só das pessoas isoladamente;
- ☞ **Desenvolvimento de análise coletiva sobre as necessidades dos segmentos e das famílias;**

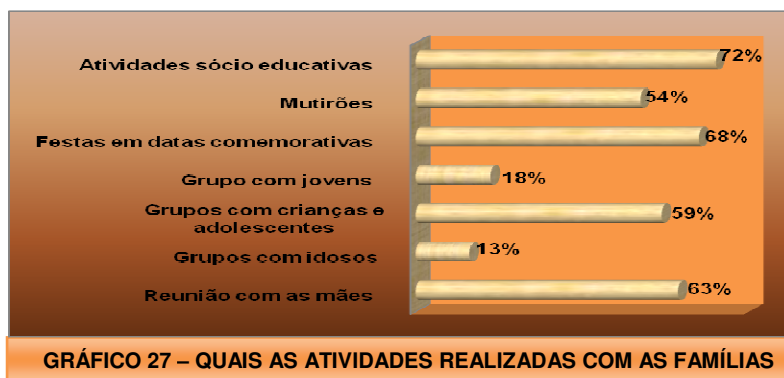
- ☞ **Organização de processos** de trabalho que viabilizem o estudo diagnóstico sobre a realidade das famílias;
- ☞ **Construção de indicadores** que revelem no processo os resultados;
- ☞ **Planejamento articulado**;
- ☞ **Elaboração de instrumentais** comuns e específicos (notificação, atendimento, encaminhamentos etc.);
- ☞ **Definição de metodologia** comum;
- ☞ **Definição de estratégias** específicas para cada nível de proteção;
- ☞ **Monitoramento** - metodologia que garanta a articulação e instrumentos para registro;
- ☞ **Avaliação direcionada** a família como núcleo.

#### 4.12. MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR

***“A família independente do formato ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida”. PNAS-2004***

A matricialidade sociofamiliar provoca, no âmbito das equipes, algumas reflexões e discussões em relação às diferentes concepções que se revelam nas práticas dos profissionais, gestores e conselheiros; no acolhimento, na identificação sobre as vulnerabilidades, suas causas e conseqüências.

O trabalho com a família tem sido interpretado como mais uma demanda para as equipes. O olhar sobre a família como núcleo ainda é “estreito”. Desenvolver ações matriciais exige a deflagração de vigilância socioassistencial com base em indicadores e pactuação de objetivos junto às famílias; o que possibilitará um planejamento coerente com a realidade e com as transformações desejadas. Este é um processo que exige seleção de temas que promovam a reflexão e o crescimento intelectual das famílias promovendo o protagonismo. A definição de metodologia é fundamental para concretizar.



Abordados sobre o trabalho com as famílias, obtivemos dos técnicos, coordenadores e conselheiros, respostas que permitem constatar que apesar de apresentar uma concepção de família que contempla não só as pessoas que estão

ligadas por laços consangüíneos, o trabalho com família se limita, na maioria das opiniões, a trabalho com mulheres ou simplesmente, reuniões com as mães.

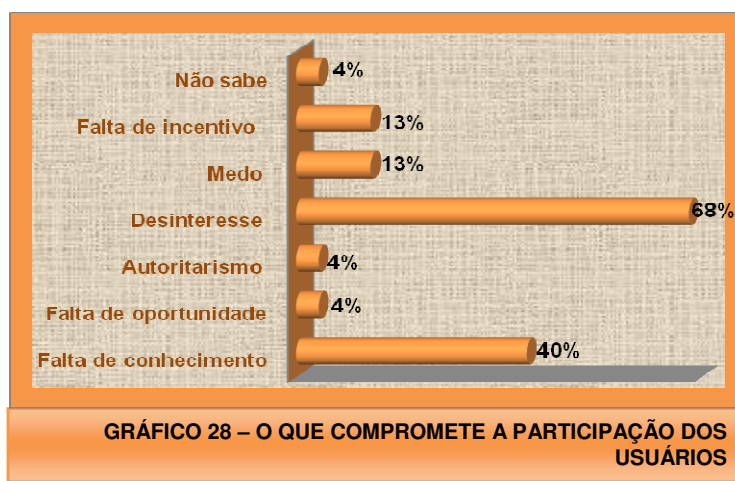
A realização de atividades socioeducativas (72%) precisa contemplar temas polêmicos presentes na sociedade: direitos e deveres do cidadão nos espaços comunitários, projetos de vida, violência doméstica, valores sociais, preconceitos, drogas. Temas que promovem reflexão sobre a divisão de classes e a raiz das situações de vulnerabilidade social. Esse desdobramento sobre as atividades socioeducativas não foi aprofundado nesse estudo. No entanto, tomando como referência as solicitações feitas para os momentos de capacitação há, provavelmente, um “terreno baldio” sobre as abordagens.

O segmento da família mais contemplado com as ações e serviços ainda são a **criança e o adolescente**. No entanto, a segmentação em faixa etária vem prejudicando uma abordagem mais conseqüente, relacionando fases e ciclos da vida, com projetos pessoais e coletivos e a capacidade que as crianças e os adolescentes têm de produzir de forma criativa sugestões que aproximem o protagonismo.

#### 4.13 - PROTAGONISMO

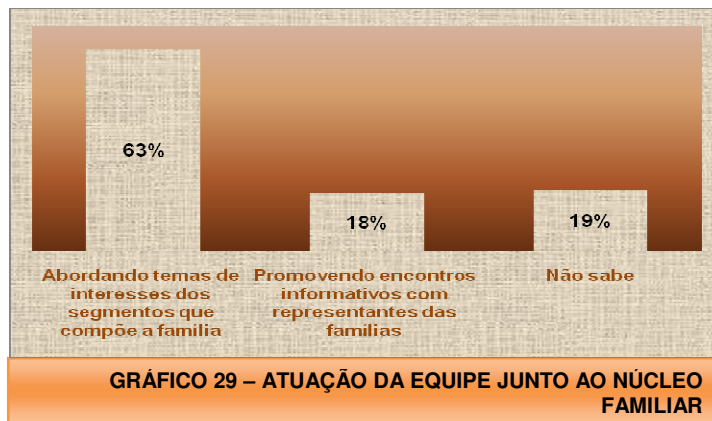
**“O paradigma da universalização do direito à proteção social supõe a ruptura com idéias tutelares e de subalternidade que identificam o cidadão como carentes, necessitados, pobres, mendigos, discriminando-os do reconhecimento como sujeitos de direitos”. NOB/2005**

Sem conhecimento, a participação é passiva e a autonomia não se estabelece. A participação do usuário está presente em 81% das respostas dos pesquisados. Confrontando este percentual com as respostas sobre o que pode ameaçar essa participação, apresenta-se o seguinte gráfico:



Dos pesquisados, 27% cita a participação do usuário no momento da execução, 18% cita o momento de planejamento, 18% avaliação e apenas 9% acompanhamento. De acordo com o gráfico apresentado anteriormente e os percentuais sobre os momentos de

participação do usuário, avalia-se que esta ainda não corresponde ao que se pretende atingir na formação para a cidadania e o exercício protagônico.



***Como estão sendo identificados os temas de interesse das famílias citado por 63%, se essas não estão participando do processo de planejamento? Os encontros informativos mencionado por 18%, conseguem ser formativo? Conseguem promover a tomada de consciência sobre a cidadania plena?***

#### 4.14. ACOMPANHAMENTO E SISTEMA

As reuniões com as equipes são citadas por 68% dos pesquisados como a atividade mais comum no acompanhamento sobre as ações. Entende-se que a articulação dos níveis de proteção social se concretiza a partir da articulação das equipes que atuam na implementação das ações. Apenas 10% dos pesquisados reconhecem a articulação entre as equipes que atuam nos níveis de Proteção Social e, possivelmente, priorizem a identificação de fragilidades. Mas ainda, não produzem a partir dessas, a integração das equipes, conhecimentos e saberes no campo do planejamento. Observe o gráfico a seguir:



Segundo os pesquisados, as possíveis alterações no planejamento se concentram no desenvolvimento, no orçamento, no tempo para a realização. Questiona-se o percentual sobre os objetivos (27%), em relação ao percentual sobre os indicadores

(40%). Entende-se que os objetivos devem revelar as transformações desejadas e que os indicadores possibilitam a avaliação sobre essas.

Outro dado interessante para a análise sobre o acompanhamento é a inexistência de visita domiciliar; uma atividade que possibilita um olhar mais próximo às famílias e os contextos onde essas produzem e reproduzem seus valores sociais.

Resta saber: ***se a família é a razão de existir das ações, se apenas 9% dos pesquisados citam o acompanhamento como uma ação que o usuário participa ativamente, então qual o foco do acompanhamento citado por 90% dos pesquisados?***

Ainda, segundo os pesquisados, as condicionalidades do Programa Bolsa Família e as informações contidas no sistema do Cadastro Único, não instigam um levantamento contínuo sobre a realidade, trazendo subsídios para o acompanhamento direcionado; reflexões e estudos sobre as características comuns, agrupando as famílias no campo das identidades, fragilidades, potencialidades. Esse processo metodológico, com certeza propiciará elementos para a vigilância socioassistencial:

#### **NECESSIDADES X DEMANDAS X OFERTAS = RESULTADOS E IMPACTOS**

Mas o acompanhamento está relacionado, diretamente, à fundamentação, ao planejamento e à implementação das ações. Mais uma vez questiona-se:

- ☞ ***Se apenas 18% citam a participação da família no planejamento;***
- ☞ ***Se 100% não citam as visitas domiciliares como uma atividade junto às famílias;***
- ☞ ***Se 45% solicitam diagnóstico social no conjunto de temas que precisam ser aprofundados no processo de capacitação;***
- ☞ ***Se 36% assumem não sistematizar;***
- ☞ ***Se 90% afirmam ter dificuldade em desenvolver trabalho com famílias.***

**COMO OS 63% ESTÃO DESENVOLVENDO TEMAS DE INTERESSE DAS FAMÍLIAS?**

## 5. QUESTÕES GERAIS QUE TRANSVERSALIZAM A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / SUAS

O processo de implementação da Política de Assistência Social / SUAS exige conhecimentos ampliados e algumas habilidades pessoais; seja no campo das relações interpessoais, seja no campo do uso de ferramentas administrativas. Foram consideradas nesse Estudo como questões gerais que transversalizam as ações da Política de Assistência Social, aquelas que podem e devem instrumentalizar as equipes nas áreas de intercessão para a execução das ações: informática, gerenciamento, produção de textos, etc.

### 5.1. MODELO DE GESTÃO

O modelo de proteção do SUAS, “sugere” um modelo de gestão coerente com as mudanças e transformações esperadas. A proteção “primária” na Assistência Social, ou a Proteção Básica se estabelece como uma diretriz para a organização “racional” da oferta de serviços do SUAS.

Tal modelo é fundamental para a concretização desse processo. As incoerências nas relações de poder, nas utilizações do conhecimento como ferramenta de dominação e na ausência de espaços para decisões coletivas, vão de encontro às conquistas registradas nos marcos legais e ameaçam a organização racional; algo possível a partir do desenvolvimento de metodologia participativa de composição e agregação de idéias e práticas coletivas.

***“(...) Só temos um CRAS para atender poucas famílias, pois 80% da população se encontra na zona rural e o CRAS se localiza na zona urbana”.***

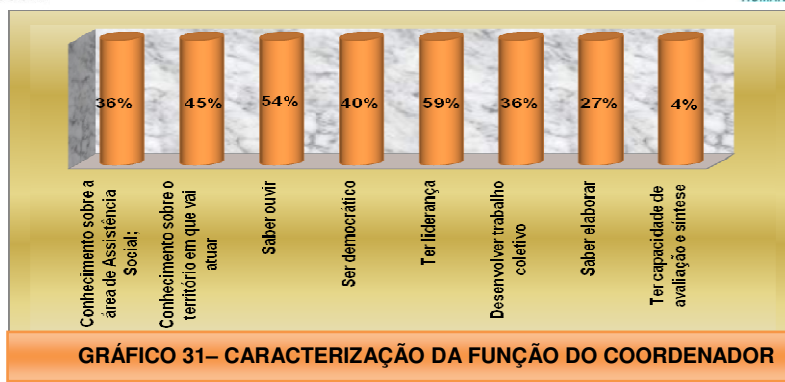
***“(...) Falta capacitação para os técnicos atuarem com mais destreza nas suas ações”.***

***“(...) Falta acompanhamento do Estado em relação aos projetos, ou seja, dar mais atenção aos municípios”.***

Algumas prerrogativas dos gestores estão sendo relegadas, abrindo espaço para interpretações que levam a gestão, prioritariamente, para o campo administrativo e financeiro. Devendo ser esses campos, ret guardadas das decisões técnicas pautadas em estudos diagnósticos e fundamentações para facilitar a construção do Modelo de Gestão. É importante considerar:

- ☞ ***Onde se concentra a vulnerabilidade?***
- ☞ ***Como e com quem hierarquizar as demandas e eleger prioridades?***
- ☞ ***Como e com quem pactuar objetivos?***
- ☞ ***O que já existe de capacidade técnica instalada no território?***
- ☞ ***Nas outras áreas sociais?***
- ☞ ***O que é preciso garantir no investimento para ampliar a capacidade técnica instalada?***
- ☞ ***Qual a expectativa de apoio das gestões Estadual e Federal?*** Entre outros.

Uma gestão compartilhada favorece a democracia e possibilita o exercício da cidadania nos espaços de formulação, deliberação e fiscalização, fazendo justiça a identidade social: espaço de gestão pública.

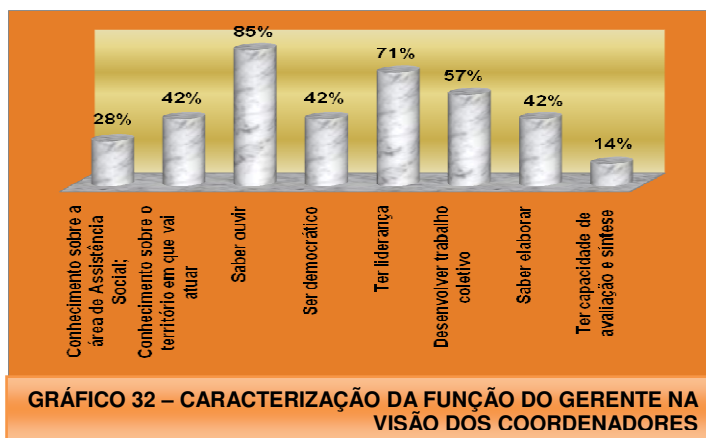


O perfil ideal de um gerente/coordenador, na opinião dos pesquisados possivelmente corresponda à expectativa sobre o modelo de gestão a ser desenvolvido. A solicitação pode estar relacionada, também, à ausência ou à manutenção de uma situação. O trabalho, a capacidade de ouvir e a liderança, três destaques, no gráfico acima, relacionados aos cinco pontos levantados pelos gestores durante grupo focal, revelam o quanto existe de sintonia entre a gestão e as equipes. ***A verificação sobre ações espontaneístas e pontuais são elementos que remetem à liderança e ao trabalho coletivo? A articulação pontual e as fragilidades no campo intersetorial remetem à necessidade de estabelecer uma escuta ativa - saber ouvir?***

O conhecimento sobre a Assistência Social está para o conhecimento sobre as suas transversalidades junto às outras áreas sociais. O conhecimento sobre o território exige posicionamento político na articulação da Rede socioassistencial, que é na sua essência, uma rede de interesses. O trabalho coletivo exige unidade sobre o grupo e democracia com limite que não ameace o respeito.

## 5.2. GERENCIAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Direcionando o Estudo para o universo de coordenadores /gerentes da proteção básica pesquisados, o quadro sobre as características ideais do coordenador/gerente sofre alterações:



Alguns requisitos aprofundam os traços que caracterizam o gerente: estudo, postura ética, equilíbrio emocional, atitude agregadora, análise de conjuntura. A gerência técnica tem prerrogativas que diante das constatações, a partir dessa amostra, estão fortemente ameaçadas.

***Fazendo uma analogia, cabe ao gerente ser o maestro dessa orquestra e reger os instrumentos para obter harmonia e interfaces de sons que não destoe à melodia na partitura***

No Sertão de São Francisco o gerenciamento técnico fica sob a responsabilidade das coordenações dos serviços, a possível ausência de Planos Municipais de Assistência Social nos espaços de trabalho das equipes, dificulta a leitura sobre a “linha” de intervenção que marca a Política municipal/regional.

O gerente/coordenador técnico deve se voltar para os processos facilitando a avaliação contínua junto às equipes e “subordinados”; e ao mesmo tempo, captando desses, subsídios para qualificar cada vez mais a atuação de “comando”. Os limites e fragilidades nos espaços de decisão sobre os processos e outros pontos que aparecem nas entrelinhas das características ideais, ainda são hipóteses que a pesquisa desenvolvida não aprofundou. Essas questões aparecem implícitas em alguns depoimentos. Com um período curto de experiência de até três anos no âmbito da Assistência Social e no municipal, os coordenadores pesquisados solicitam os seguintes temas para processos de capacitação:



Os temas mais solicitados correspondem às fragilidades já identificadas nesse Estudo em relação à amostra sobre a equipe que atua no Sertão do São Francisco: **diagnóstico social e gestão financeira; trabalho com famílias; monitoramento e avaliação.**

### 5.3. GERENCIAMENTO FINANCEIRO

***“Um dos objetivos da NOB/SUAS é transformar a Política de Assistência Social em uma Política realmente federativa, por meio da cooperação efetiva entre UNIÃO, Estados, Municípios e Distrito Federal. A plena concretização do federalismo cooperativo no país requer o aprimoramento de instrumentos legais e institucionais de cooperação intergovernamental. Trata-se, portanto, de uma estratégia fundamental frente à escassez de recursos públicos, a diferenciada capacidade gerencial e fiscal dos entes federados, às profundas desigualdades socioeconômicas regionais e a natureza cada vez mais complexa dos problemas urbanos, ambientais e de desenvolvimento econômico, territorial, que exigem soluções intersetoriais e intergovernamentais”. NOB/SUAS – 2005.***

O gerenciamento financeiro está sob responsabilidade do gestor municipal, no entanto ele não protagoniza essa ação individualmente; é uma ação compartilhada que sendo bem executada, consegue aperfeiçoar recursos, promover transparência, estimular o exercício de cidadania e o controle social, fundamentar formulações, deliberações e fiscalizações. Neste sentido, para o gerenciamento financeiro acontecer na prática, alguns conteúdos precisam ser trabalhados para que haja entendimento sobre papéis e competências das esferas de Governo.

O conteúdo **Gerenciamento Financeiro** é solicitado por 36% dos pesquisados e no segmento de coordenadores, esse percentual sobe para 57%. O tema discutido no grupo focal, junto aos gestores da Assistência Social na Região, trouxe também a necessidade de capacitação específica nessa área. Os gestores também apontaram dificuldades no entendimento sobre o direcionamento dos recursos e a autonomia da gestão para deliberar sobre esses.

A dificuldade está, sobretudo, no campo da descentralização no que se refere à atuação dos atores sociais. Nesse processo estão comprometidos, diretamente, os Conselhos que têm o papel de deliberar sobre a Política a nível local.

O avanço reconhecido na descentralização sobre a possibilidade de utilizar os recursos de acordo com as necessidades locais, sem estudo diagnóstico se transforma em dificuldades, abrindo possibilidade para investimentos em áreas emergências, não menos importantes, mas sem causar impacto sobre a realidade adversa.

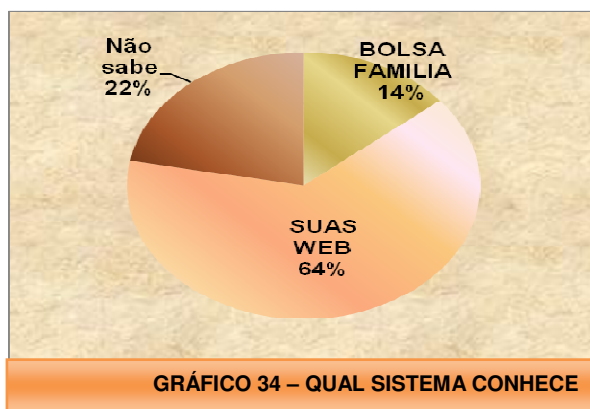
Reconhece-se a partir dos depoimentos que existe dificuldade no campo da prestação de contas. Para fechar as prestações de contas sobre os recursos, os gerentes financeiros respondem as exigências, mas nem sempre compreendem a Política como um todo. As orientações nesse campo baseiam-se em determinação, porém nem sempre há compreensão sobre os processos e instrumentos de registro e acompanhamento. É importante que a lógica sobre a utilização e gerenciamento dos recursos, considere a possibilidade de atuação intersetorial e o combate às ações sobrepostas. A falta de articulação da área técnica com a área financeira põe em risco a viabilização de condições para o desenvolvimento das ações e para que o gerente, também, se compreenda parte da equipe.

#### **5.4 INFORMÁTICA, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO, CAPACIDADE DE ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE PROJETOS**

A informática, excelente recurso para a implementação da Política de Assistência Social, ainda não está sendo utilizada de forma massificada. A grande parte das dificuldades está relacionada às questões estruturais dos municípios, tais como: a ausência de equipamentos, computadores/impressoras, de conexão em rede, ou falhas nesses processos ameaçam a descentralização, a mobilização e captação de recursos. Além dos problemas estruturais, não há capital humano qualificado para manusear os equipamentos explorando ao máximo seus recursos.

Dos pesquisados, 78% dizem utilizar a informática na sua rotina de trabalho. Reconhecem a existência de sistemas Informatizados 86%; desses, 64% citam o SUAS/WEB e 13% o Programa Bolsa Família, como sistemas que possibilitam a

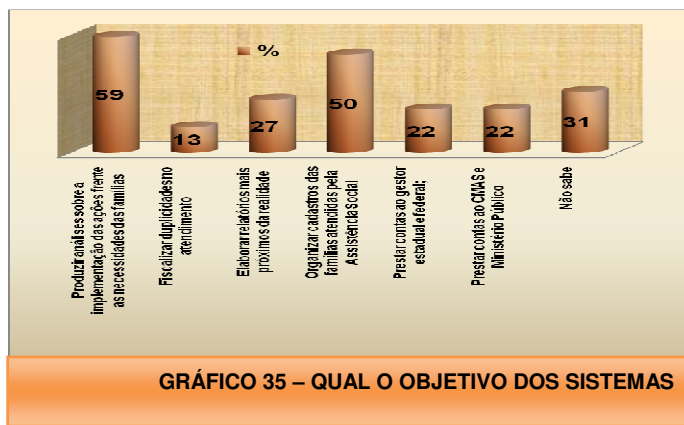
informatização das ações em Rede, porém, nenhum dos pesquisados citou o SIGAS. Observe gráfico abaixo:



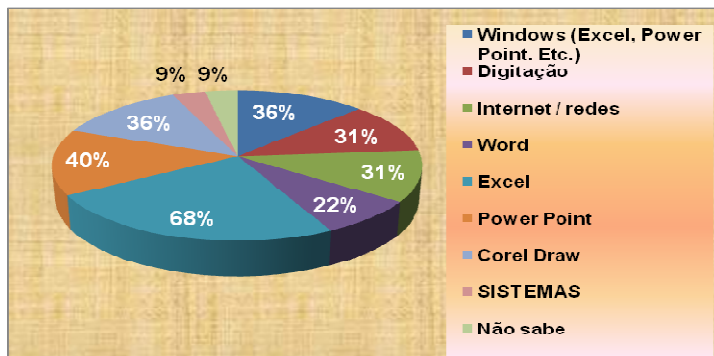
Dos pesquisados, 54% afirmam ter dificuldade em sistematizar, desses, 22% atribui a dificuldade à falta de tempo e 18% à ausência de metodologia. A ausência da prática de sistematizar subutiliza os sistemas. Os dados armazenados não estão recebendo tratamento para análise. Informações preciosas ficam armazenadas sem interferir no modelo de Proteção Social e no trabalho com as famílias.

Ressalta-se que uma gama de informações, parte dos subsídios necessários para o Estudo Diagnóstico sobre a Assistência Social e o campo de atuação do SUAS nos municípios, possivelmente, está dentro dos computadores; presos, distantes das equipes que atuam à margem das preciosas informações, que caracterizam as famílias e os contextos onde estão inseridas.

As informações são reconhecidas como importantes para a produção de análises e para a elaboração de relatórios mais próximos da realidade. Observem o gráfico:



Os projetos, na maioria das vezes, também estão sendo elaborados distantes das informações contidas nos sistemas. Um paralelismo que revela a incapacidade de utilizar ferramentas e informações disponíveis ao nosso alcance. Diante das dificuldades, provocados para sugerirem conteúdos a serem aprofundados no processo de capacitação específica em informática, apenas 9% solicitaram como conteúdo **sistemas informatizados na Assistência Social**. Observe o gráfico:



**GRÁFICO 36 – CONTEÚDOS PARA CAPACITAÇÃO EM INFORMÁTICA**

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo aos objetivos traçados para esse Estudo, é possível contribuir com as seguintes considerações:

### 1 – SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA.

O conhecimento sobre os marcos legais que regem a PNAS/SUAS, socializados pelos pesquisados e entrevistados durante o Estudo, se limita à legalidade, visto que existe um desconhecimento sobre a lógica da Assistência Social que os direcionam transformando-os em instrumentos para a cidadania plena.

Há uma desconexão entre conhecer e compreender, provavelmente a constatação sobre as fragilidades no campo da apreensão - diferente do campo do conhecimento, venha instigar um novo olhar sobre o campo do conhecimento x sabedoria e promover novos movimentos em direção a apropriação x absorção de conteúdos “chaves” para a implantação e implementação da PNAS a nível municipal. Rever esse processo é muito mais do que repassar informações sobre os marcos legais e outros documentos que fundamentam a Assistência Social enquanto Política Pública. Capacitar profissionais nessa área significa recuperar marcos históricos e políticos que dão identidade à PNAS/SUAS.

A fundamentação sobre a Assistência Social deve abastecer coordenadores, técnicos, conselheiros e gestores partilhando com esses o conhecimento como ingrediente para a produção de novos saberes. O grande desafio é não enrijecer esse processo, mas torná-lo leve e prazeroso; uma construção sempre inacabada, onde a lei seja “saboreada” como fruto de muitas lutas representando assim uma conquista social e não simplesmente uma determinação legal que deve ser cumprida a risco.

O Estudo sobre a LOAS e sobre outros marcos legais deve partir da realidade onde a Política está sendo desenvolvida, permitindo a conexão entre o pensado e o vivido, uma relação viva da realidade reconhecendo-a, de dentro para fora e de fora para dentro, sob o ângulo da cidadania plena, das conquistas e dos desafios que se apresentam e são permanentes na evolução do ser, ou seja, um movimento que se depara com concepções e valores sociais que dão rumos diferentes ao cumprimento das leis. Temas transversais e exemplos de vivências podem servir como introdutórios às abordagens sobre a fundamentação da Assistência Social. Esse exercício facilitará a aplicabilidade das discussões tornando-as mais reais e presentes no cotidiano das equipes.

Para o **SERTÃO DO SÃO FRANCISCO**, apresentam-se as seguintes sugestões no campo da **fundamentação** sobre a PNAS/SUAS.

- Investir na apropriação sobre a lógica da PNAS/SUAS fundamentada a partir da Constituição Federal e da LOAS. A disseminação facilitará a compreensão dos profissionais que atuam implementando a Política de Assistência Social, transformando a leitura densa e absoluta da LOAS/PNAS em um processo relativo à conjuntura com bases legal;
- Ampliar a compreensão sobre o modelo de proteção social na perspectiva da integralidade;

- ☞ Aprofundar conhecimentos sobre o processo de descentralização político-administrativa, numa linguagem clara que possibilite o entendimento sobre as exigências em relação à implantação do **Conselho**, a elaboração do **Plano** e a instalação do **Fundo**, reconhecendo-os como processos sociais;
- ☞ Promover reflexão sobre democracia, na perspectiva de organização de fóruns onde sejam socializadas informações referentes à PNAS que promovam a participação da população e fortaleça o controle social;
- ☞ Aprofundar conhecimentos sobre monitoramento, avaliação e sistematização;
- ☞ Aprofundar a discussão do tema Família. Com ênfase a leitura contemporânea sobre o núcleo familiar e as funções/papéis sociais que este deve assumir.

## 2- SOBRE O PLANEJAMENTO DA PNAS

As dificuldades registradas no campo do planejamento sobre a Política estão relacionadas, diretamente, às concepções, aos conhecimentos, e à capacidade gerencial. Entrelaçando esses elementos, estão a ética e o compromisso social. Assim, foi possível registrar a ausência de um ponto de partida - estudo diagnóstico sobre a realidade com indicadores sociais que permitam a análise sobre as necessidades e a hierarquização das demandas, pouca clareza sobre o ponto de chegada - objetivos precisos e possíveis de serem atingidos, passos desconectados em direção às “transformações” almejadas - metodologia distante dos objetivos socializados nos discursos.

A elaboração do planejamento compõe um conjunto de “compromissos” que nem sempre correspondem às necessidades das equipes. Estão relacionados às determinações, ao que é preciso ser feito, mas nem sempre há um reconhecimento sobre a importância, quase vital, daquela atividade para a consolidação da Política.

O ato de planejar é algo tão presente na vida do ser humano, que muitas vezes, naturalmente, sem perceber, estamos planejando. Portanto, não dá para viver sem planejar! Mas para desenvolver a Política de Assistência Social, essa atitude inerente ao ser, assume um importante destaque: ação preparatória que impulsionada pela realidade adversa, busca instrumentalizar equipes para alterar a qualidade de vida da população, seja de forma direta para pessoas mais vulneráveis, seja de forma indireta para coletivos organizados ou não. Neste sentido, há um conjunto de exigências que permitem nesse Estudo, a identificação dos pontos de estrangulamentos do planejamento para a implantação do SUAS e implementação da Política de Assistência Social. **Destaca-se:**

1. Desconhecimento sobre a PNAS/SUAS (modelo de proteção);
2. Desconhecimento sobre o território (possibilidades e ameaças);
3. Ausência de Indicadores;
4. Indefinição de processos de trabalho (papéis e competências);
5. Indefinição de metodologia na perspectiva da Intersetorialidade (núcleos específicos e campos comuns nas atuações das equipes e para a participação dos usuários);
6. Previsão de cronograma para ações complementares e transversais (acompanhamento, avaliação, análise, sistematização).

Para o **SERTÃO DO SÃO FRANCISCO** apresentam-se as seguintes sugestões no campo do **planejamento**:

- Investir na definição de metodologia para o planejamento intersetorial;
- Aprofundar discussão e entendimento sobre tipificação de planejamentos considerando tempo de execução, conteúdo, formato, etc.;
- Realizar oficina de planejamento para a realização de Conferência Municipal de Assistência Social.

### **3- SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E ATIVIDADES QUE COMPÕEM O MODELO DE PROTEÇÃO DO SUAS**

Em consonância às considerações sobre o planejamento, é possível identificar fragilidades na composição, caracterização e atuação das equipes frente às necessidades e demandas para a implementação da PNAS/SUAS. As fragilidades citadas compreendem os processos que antecedem a composição das equipes para a gestão e para o atendimento direto junto aos usuários. A seriedade exigida na seleção dos profissionais que irão compor as equipes precisa estar para as transformações desejadas, ou seja, uma decisão política de interesse público.

Os avanços nos marcos legais, com ênfase na NOB/RH-SUAS, ainda estão no papel, pois na prática a seleção dos profissionais está sob a responsabilidade de pessoas, que arbitram, muitas vezes, de forma desconectada: composição de equipe x objetivos a serem atingidos. Ou seja, equipes que não correspondem às necessidades, profissionais - competentes, mas sem disponibilidade e/ou profissionais sem competências, porém com disponibilidade. Esses são argumentos utilizados para justificar posturas autoritárias que marcam a seleção sem critérios e põe em risco uma “intervenção” social. Implícitas nessa discussão estão etapas que antecedem a certificação profissional: formação técnica/acadêmica, apropriação sobre os elementos que marcam a realidade, leitura crítica sobre os contextos sociais e as relações de forças existentes, autocrítica sobre grau de competência em relação às demandas apresentadas, entre outros.

Verificou-se nos resultados do Estudo que, na maioria das vezes, as ações e atividades estão sendo desenvolvidas sem fundamentação, pois a rotina de cada dia está isolada, e não tem conseqüência. Ações programáticas sem um fio condutor que provoque a equipe à intersetorialidade. A fundamentação está, sobretudo, no conhecimento interpessoal, elemento central para o trabalho coletivo. Na eleição de prioridades sobre o que precisa ser trabalhado junto à equipe para que esta tenha uma atuação mais eficaz, os marcos legais, a fundamentação técnica aparecem sempre como prioridade, no entanto, os grupos e equipes só conquistam identidade a partir do conhecimento individual sobre os seus membros. A identificação das diferentes formas de interpretar a realidade é um dos pontos chaves para abrir essa construção de relação de pertencimento e de confiança mútua da equipe. Assim, é preciso mapear potencialidades e fragilidades das equipes e a partir desse ponto desenhar a lógica da intersetorialidade, da parceria e da capacitação intensiva e em serviço. Portanto, a implementação da Política promove dinâmicas que transformam todos em usuários dos serviços provocadores e provocados sobre o crescimento integral dos indivíduos e dos coletivos.

Na hierarquização de responsabilidades os gestores assumem importante e estratégico papel/função, mas não estão acima da lei e da ordem. As decisões sob prerrogativas dos gestores vêm sendo atingidas pelos fenômenos da “(des) responsabilização e culpabilização”. A falta de conhecimento técnico tem sido utilizada como justificativa para excessos e/ou omissões. Esforços de gestores em direção aos

acertos são interrompidos pela burocracia e pela dinâmica frenética e ultrapassada das gestões públicas - estadual e federal - que arremessam para os municípios uma série de solicitações, muitas vezes, fora da realidade local. O cumprimento à risca do marco legal, sem reflexão e conexão sobre a prática desencadeia fracassos já esperados.

A descentralização político-administrativa, por exemplo, tem forçado práticas irreais e escondido a essência dos problemas: **Conselhos** implantados - conselhos frágeis, processo de implantação distante da população e sem reflexão sobre a importância desses, desconhecimento sobre papéis e competências; **Planos Municipais de Assistência Social** - documento bem escrito e pouco elaborado, equipes sem capacidade de elaborar e/ou planos elaborados distantes da realidade local; **Fundos** instalados - sem previsão orçamentária, controle social frágil, conselho deliberando sem apropriação do orçamento para a Assistência Social, desconhecimento sobre os critérios para co-financiamento, ausência de acompanhamento sobre os investimentos feitos, desconhecimento sobre elementos da gestão financeira, atrasos e/ou falhas nas prestações de contas.

Na implementação da PNAS/SUAS em Pernambuco, registra-se muito mais preocupação e “zelo” no cumprimento das determinações do que na apropriação sobre a lógica que firma as determinações como legal. O protagonismo precisa estar vivo em todas as práticas. A análise sobre os processos deflagrados pelas esferas de governo permite a reflexão sobre como esses estão para a inclusão e/ou para a exclusão, ameaçando muitas vezes a formação do ser. São na sua maioria, processos elaborados por poucos, onde poucos sabem, entendem, conseguem se “empoderar” e poucos governam, portanto, poucos decidem em relação à história de muitos.

Possivelmente, o fio condutor que leva a esse desfecho está na prática dos técnicos junto às famílias, que independente da formação são educadores para a cidadania. Enxergar esse percurso traz mais responsabilidade sobre a composição das equipes e reforça compromissos sobre a intervenção, acompanhamento e avaliação dos resultados. Aos gestores cabe a responsabilidade pública de responder a aprovação da população a um projeto político. Identificaram-se durante o Estudo, gestores sem conhecimento da Assistência Social, com práticas de caridade e benesse. Utilizando os recursos públicos para atender de forma emergencial e pouco estruturadora. Práticas muitas vezes, apoiados por conselheiros e técnicos, que em nome da proteção fortalecem a exclusão, pulverizam e desperdiçam recursos públicos.

Em se tratando do modelo de proteção, ainda há uma crise de identidade sobre os Centros de Referências - CRAS e CREAS. Em alguns municípios situações de vulnerabilidades que exigem atendimento especial, não estão sendo assumidas por falta de estrutura, de equipamento social devidamente aparelhado com profissionais especializados nas questões problemas. Para suprir essa demanda ações de proteção especial estão sendo agrupadas as atividades dos CRAS, que por sua vez, na sua grande maioria, estão desenvolvendo prioritariamente atividades de geração de renda. O trabalho com a família aparece como a grande dificuldade das equipes. As fragilidades identificadas na implementação da PNAS/SUAS têm como nascedouro o desconhecimento, o autoritarismo, a ausência de procedimentos organizacionais, a ausência de avaliação e análise que provoque a construção contínua.

Para o **SERTÃO DO SÃO FRANCISCO**, apresentam-se as seguintes sugestões no campo da **implementação** sobre a PNAS/SUAS:

- ☞ Rever concepções de avaliação de processo – diagnóstico, monitoramento e seus respectivos instrumentais para registro;
- ☞ Aprofundar discussão e entendimento sobre problemas urbanos;
- ☞ Mapear as necessidades das famílias da zona rural;
- ☞ Promover encontros intersetoriais para construção metodologia de coleta de informações que gerem o diagnóstico social sobre os territórios;
- ☞ Rever as atividades desenvolvidas na perspectiva de definir/construir a metodologia de trabalho com famílias;
- ☞ Aprofundar estudo sobre núcleos específicos e campos comuns que marcam o modelo de proteção - básica e especial;
- ☞ Realizar oficinas para produção de textos: instrumentais para organizar a rotina, a notificação sob os “casos”, os encaminhamentos, o acompanhamento, a sistematização;
- ☞ Aprofundar conhecimentos sobre Rede socioassistencial;
- ☞ Realizar oficina sobre produção de textos: registros sobre a prática, sistematização e relatórios - descritivos e analíticos;
- ☞ Realizar oficinas temáticas cidadania, respeito e protagonismo;
- ☞ Capacitar gerentes e coordenadores para o apoio às equipes no que se refere aos esclarecimentos sobre a PNAS/SUAS, para atuar como facilitadores do processo de territorializar as ações, para desenvolver trabalho coletivo e assumir liderança sobre o grupo;
- ☞ Promover oficinas temáticas sobre: protagonismo, trabalho coletivo, relacionamento interpessoal e democracia;
- ☞ Promover capacitação, seqüenciada, sobre elaboração de projetos, trabalho com famílias;
- ☞ Promover intercâmbio entre equipes sobre trabalho com famílias.

#### 4- SOBRE AS QUESTÕES GERAIS QUE TRANSVERSALIZAM A IMPLEMENTAÇÃO DA PNAS/SUAS

Modelos de gestão, sistemas de informação, captação de recursos e elaboração de projetos, foram consideradas nesse Estudo como ações que transversalizam a implementação da PNAS/SUAS. Através das considerações sobre esses pontos, o presente Estudo busca reconhecer a importância das “atividades de retaguardas” conhecidas também como atividades meio, para a consolidação da PNAS/SUAS.

Percebe-se a partir das informações coletadas que não há uma conexão das atividades meios, com as atividades fins. O entendimento dos pesquisados e entrevistados, na sua maioria, revela paralelismo entre o que pensamos, falamos e fazemos. Defende-se o protagonismo e a participação popular, por exemplo, no entanto, os usuários e as famílias não têm acesso às informações sobre a gestão. Não é uma prática comum, por exemplo, disseminar junto aos usuários informações sobre a descentralização político-administrativa, o modelo de proteção do SUAS, os objetivos traçados para atingir determinada situação de vulnerabilidade social etc. A pesquisa junto às famílias sobre informações que tornem possível caracterizá-las é imprescindível, mas os sistemas informatizados continuam transformando-as em números e metas. As informações são armazenadas e pronto! Foi possível identificar sob justificativas “convincentes” que é muito complicado trabalhar as informações armazenadas. Os sistemas não facilitam a análise. **Mas, quem produz os sistemas? Para que esses são produzidos?** Essas questões não vêm sendo feitas e muito menos respondidas. Atitudes de apatia fazem com que sejam impostas demandas para as equipes que nem sempre

são reconhecidas como necessárias, úteis, ao processo. Por outro lado, são elaborados instrumentais para registros desconectados da proposta do sistema informatizado. **Mas de que propostas estão falando?** A grande queixa é que o governo Federal e Estadual continua, apesar de todos os dados nos sistemas, impondo movimentos que não condiz com a realidade dos municípios e das Regiões.

A elaboração de projetos para captação de recursos responde às demandas apresentadas pelo co-financiador. As orientações para a elaboração dos projetos, na maioria das vezes, levam à generalização e ao agrupamento de situações parecidas, próximas, mas nunca iguais. Os municípios estão cada vez mais laçados pela lógica do co-financiador. Quem tem recurso tem poder, mas quem tem conhecimento tem capacidade de argumentar. Portanto, as passividades dos municípios os tornam co-responsáveis pela padronização dos investimentos e “co-financiamentos”.

Para o **SERTÃO DO SÃO FRANCISCO** apresentam-se as seguintes sugestões em relação às **questões gerais** que transversalizam a implementação da Política:

- ☞ Instrumentalizar as equipes sobre redes informatizadas;
- ☞ Aprofundar conhecimentos sobre sistemas informatizados x sistemas de informação;
- ☞ Realizar oficina para análise das informações armazenadas em Sistemas/Programas (produção de roteiro para análise considerando a problemática regional);
- ☞ Aprofundar processo de captação de recursos e elaboração de projetos: estudo e produção de texto na perspectiva de contemplar populações minoritárias (quilombolas, populações rurais etc.) e combater situações que alimentam a vulnerabilidade social.

O Estudo desenvolvido permitiu algumas constatações e o surgimento de novas hipóteses. Foi possível identificar nos depoimentos da maioria dos pesquisados e entrevistados, o desejo de alterar a realidade adversa que exclui pessoas de todas as faixas etárias do exercício de cidadania. No entanto, a busca por justiça social requer novos modelos de intervenção, para isto se faz necessário estabelecer processos de trabalho e de gestão onde as práticas promovam a inclusão, sejam no acesso às informações sobre as Políticas Públicas, seja no acesso aos serviços.

As equipes espalhadas que atuam implementando a PNAS/SUAS no estado de Pernambuco, é uma parte desse todo. As responsabilidades distintas se compõem numa grande Rede de proteção social. É fundamental ter uma visão mais ampla e alcançar a dimensão do que se faz em cada cantinho desse Estado. O mundo se constrói a partir de cada decisão sobre a mudança. É preciso entender que mundo se quer construir, para saber se nossa caminhada segue o rumo certo.

# ANEXOS

## BIBLIOGRAFIA

- PEDRINE, Maria Dalila, ADAMS Telmo, SILVA Vini Rabassa – **CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS** – São Paulo. Paulus. 2007.
- **ORÇAMENTO PÚBLICO** – Fundação João Pinheiro – UNICEF.
- **CATÁLOGO DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL DE PERNAMBUCO**- IPSA -2006 – GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.
- BORGES Marieta Lins e Silva – **FERNANDO DE NORONHA: Cinco séculos de História**, Recife – Gráfica Santa Marta – 2007.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa – **UM MÉTODO PARA ANÁLISE E COGESTÃO DE COLETIVOS: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda/** Gastão Wagner de Sousa Campos. – São Paulo: Hucitec, 2000.
- **PLANO REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL – GOVERNO NOS MUNICÍPIOS 2004 a 2007** – Governo do Estado de Pernambuco, Recife 2004.
- **EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: Interroguem nossas práticas.** Cruzamento de saberes e de práticas no contexto do pensamento de Paulo Freire, Recife, 2002.
- **ALMANAQUE DE METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO POPULAR** – CENAP.
- FREIRE, Paulo. **PAULO FREIRE: ÉTICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO.** Programação do IV colóquio internacional. De 16 a 19 de setembro de 2003.
- FREIRE, Paulo. **EDUCAÇÃO E MUDANÇA.** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.
- MONTESSORI, Maria. **FORMAÇÃO DO HOMEM.** ed. Portugal, Rio de Janeiro.
- **PREVENÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: Abordagens Metodologias-Professores e Alfabetizadores.**MOC.
- FREIRE, Paulo/Guimarães Sérgio. **APRENDENDO COM A PRÓPRIA HISTÓRIA.** ed. Paz e Terra: São Paulo, 1987.
- **SAIR DO PAPEL: Cidadania em Construção, RAIO/ UNICEF, VILA VELHA, POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS 2004.**
- **CADERNO SUAS** – Sumário Executivo do Financiamento da Assistência Social no Brasil entre 2002 e 2004. nº. 01 Ano 01 – Dezembro de 2005
- THURLER, Ana (org.) – **TEXTOS DO BRASIL nº. 08 – O BRASIL E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL** – Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2001.
- **CONSTRUINDO O PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.** Cáritas Brasileira, Brasília, setembro de 2001.
- **ESTATUTO DO IDOSO.** Ministério da Saúde. Brasília – DF, 2004. (2 exemplares).
- **NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS:** Construindo as bases para a implantação do Sistema único de Assistência Social. Brasília Julho de 2005.
- **NORMA OPERACIONAL BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. NOB-SUS 01/96.** Legislação Básica.
- **NOB – RH/SUAS** – MDS DH – Brasília DF - 2006
- **LEI 8069/90 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA, CEDECA PE – 2004.**
- **PLANO REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL.** Governo nos Municípios - 2004-2007. CEPE. 2003.

## GLOSSÁRIO: CONHECENDO AS CONCEPÇÕES, CONCEITOS E SIGNIFICADOS DAS PALAVRAS.

- ☞ **Alienação de Bens** – processo administrativo de venda de bens móveis e imóveis. Significa a transferência de domínio de bens públicos a terceiros. Está sujeita à prévia autorização legislativa quando se tratar da alienação de bens imóveis. Nas demais situações, os bens devem ser alienados obrigatoriamente através da modalidade de licitação leilão.
- ☞ **Análise de Conjuntura** – estudo sobre a realidade socioeconômica onde as famílias estão inseridas.
- ☞ **Arrecadação de Tributos** – é a atividade pela qual a União, Estados e Municípios cobra impostos, taxas e contribuições.
- ☞ **Articular** – unir, juntar, promover movimento, integrar partes, compor um conjunto.
- ☞ **Assistência Social** – Política pública que, a partir de interfaces com outras Políticas Sociais, fortalece indivíduos e as famílias em situação de vulnerabilidade promovendo assim condições para a inclusão social.
- ☞ **Atividade** – conjunto de operações de natureza contínua, necessárias à manutenção da ação.
- ☞ **Autonomia** – competência de se governar e contribuir na construção de um processo.
- ☞ **Avaliação Diagnóstica** – informações sistematizadas com base na análise de conjuntura.
- ☞ **Campo Comum** – no sentido de questões que transversalizam as áreas de intervenção/políticas sociais provocando atuação interdisciplinar.
- ☞ **Capacidade técnica instalada frente às demandas de Assistência Social** – competência técnica dos profissionais para responder as necessidades da população de forma estruturadora condizente com os marcos legais.
- ☞ **Captção de Recursos** – estratégias relacionadas à conquista de recursos financeiros para a realização das ações.
- ☞ **Co-financiamento** – divisão de competências entre as esferas de governo para operar, em co-responsabilidade, a PAS.
- ☞ **Co-gestão de Coletivos** – metodologia de trabalho coletivo onde a horizontalidade das relações e a hierarquização de responsabilidades estão em evidência; modelo de gestão que pressupõe a igualdade no acesso às informações, o respeito às divergências, a reflexão contínua e a harmonia nas relações de poder, espaço de vivência sobre a democracia, autonomia, protagonismo e respeito com o coletivo; espaço para formação crítica e exercício do poder; espaço de governo democrático.
- ☞ **Competências das esferas de governo** (estadual e federal) ver NOB pág.108 a 111.
- ☞ **Contrapartida** – percentual ou parcela de recursos próprios que o conveniente aplica na execução do objeto do convênio.
- ☞ **Controle social** – instrumentos de efetivação da participação popular no processo de gestão, com caráter democrático e descentralizado.
- ☞ **Convênios** – acordo firmado por entidades públicas de qualquer espécie ou entre elas e entidades privadas para a realização de objetivos de interesse comum dos conveniados, podendo ter por objeto qualquer coisa, tal como obra, serviço, atividade, uso de um bem, etc. Sua celebração depende de prévia aprovação de plano de trabalho pelo interessado, contendo identificação do objeto, metas, etapas de execução, plano de aplicação de recursos, cronograma de desembolso,

previsão de início e fim e comprovação de recursos próprios no caso da complementação de execução de obras (art.116, lei 8666/963).

- ☛ **Criatividade** – capacidade criar; possibilidade de construir estratégias frente às dificuldades encontradas.
- ☛ **Descentralização** – partilha de responsabilidades dos gestores sociais em seu âmbito de atuação respeitando os princípios e diretrizes estabelecidas na PNAS (coordenar, formular, co-financiamento, monitorar, avaliar, capacitar e sistematizar as informações).
- ☛ **Eficácia das ações de Assistência Social frente às situações de vulnerabilidade** – respostas concretas das ações de Assistência Social frente aos objetivos propostos.
- ☛ **Empoderamento** - ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Possibilita tanto a aquisição da emancipação individual, quanto à consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política.
- ☛ **Expectativas sobre processo de capacitação técnica** – desejos explícitos e necessidades implícitas dos gestores, respectivas equipes e conselheiros em relação à possibilidade de apoio técnico para a sua formação e desenvolvimento de suas funções.
- ☛ **Família** – conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e/ou, de solidariedade (PNAS, 2004, pg. 35); conjunto de pessoas que se unem nas estratégias para garantir sobrevivência; espaço de poder sobre as relações humanas.
- ☛ **Financiamento da PAS** – aporte de recursos financeiros da União, Estado, Distrito Federal e Municípios para executar os serviços, programas, projetos e benefícios da PAS alocados nos respectivos Fundos Públicos.
- ☛ **Formar** – no sentido de Educar; aquisição de novos conhecimentos e ou aprofundar conhecimentos já existentes; disponibilizar espaço de produção de saberes.
- ☛ **Fundo** – fundo previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social, a ser instituído, através de lei específica, nos municípios, estados e Distrito Federal. Considerado como condição para o recebimento de recursos, conforme trata essa lei no seu art. 30. Está sujeito à orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social. Deve possuir um plano de aplicação, em conformidade com o Plano de Assistência Social.
- ☛ **Informar** – no sentido de comunicar, dar informações, notícias; etapa que promove a aquisição de conhecimentos e a produção de avaliação e análises.
- ☛ **Implementar** – no sentido de executar, colocar para funcionar.
- ☛ **Implantar** – no sentido de introduzir, inserir.
- ☛ **Integralidade** – inter-relação de diferentes campos de atuação com objetivos comuns. Integração de diferentes abordagens buscando atender as necessidades apresentadas.
- ☛ **Intersetorialidade** – ação que articula os vários setores das políticas sociais em torno do objetivo comum.
- ☛ **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** – lei prevista pelo artigo 165, II, § 2º da Constituição Federal, chamada abreviadamente de LDO, que deve ser elaborada e enviada ao Legislativo pelos respectivos governos executivos de cada esfera governamental, até 15 de abril de cada ano ou conforme determinar cada Constituição Estadual ou Lei Orgânica Municipal. Estabelecendo para o período de 01 (um) ano, as metas e prioridades da administração pública, as orientações para elaboração da lei orçamentária anual, as alterações na legislação tributária, a

concessão de vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, a admissão de pessoal, a alteração de carreiras e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

- ☛ **Lei Orçamentária Anual (LOA)** – lei prevista pelo artigo 165 da Constituição Federal, III, que deve ser elaborada e enviada ao Legislativo pelos respectivos governos executivos de cada esfera governamental até 31 de agosto de cada ano ou conforme determinar cada Constituição Estadual ou Lei Orgânica Municipal, estabelecendo, para o período de 01 (um) ano, a discriminação da receita e despesas, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo.
- ☛ **Matricialidade Sociofamiliar** – centralidade na família garantindo à medida que na Assistência Social com base em indicadores das necessidades familiares se desenvolva uma política universalista em Rede socioassistenciais, que atinjam o cotidiano e valore a convivência social e comunitária.
- ☛ **Modelo** – no sentido de parâmetro que não deve se traduzir em condicionamento, mas em referência para avaliação e atualização na formulação diante da conjuntura.
- ☛ **Monitoramento** – avaliação sistemática e contínua sobre os processos desenvolvidos dentro da Assistência Social.
- ☛ **Núcleo Específico** – no sentido de questões que direcionam a abordagem exigindo conhecimento técnico especializado.
- ☛ **Operação de Créditos** – recursos decorrentes de compromissos assumidos com credores situados no país (operações internas) ou no exterior (operações externas), envolvendo toda e qualquer obrigação decorrente de financiamentos ou empréstimos, inclusive arrendamento mercantil, a concessão de qualquer garantia, a emissão de debêntures ou assunção de obrigações, com as características definidas nos incisos I e II, por entidades controladas pelos estados, pelos Distrito Federal e pelos municípios que não exerçam atividade produtiva ou não possuam fonte própria de receitas, com o objetivo de financiar seus empreendimentos (art. 1º, Res. 78/98).
- ☛ **Participação** – no sentido de Ter ou Tomar Parte em; contribuir com consciência e capacidade crítica.
- ☛ **Planejar** – fazer um plano; projetar o futuro.
- ☛ **Plano Plurianual (PPA)** – lei prevista pelo artigo 165 da Constituição Federal (CF), I, § 1º, que deve ser elaborada e enviada pelos respectivos governos executivos de cada esfera de governamental até 31 de agosto do primeiro ano do mandato ou conforme estabelecer cada Constituição Estadual ou Lei Orgânica Municipal, prevendo obrigatoriamente investimentos que ultrapassem um ano (art. 167, § 1º, CF) e estabelecendo, pra o período de 04 (quatro) anos, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada.
- ☛ **Protagonismo** – ator principal na transformação social; autor de sua própria história; co-autor da história do coletivo onde este está inserido.
- ☛ **Proteção Social** – conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família (NOBSUAS-2005).
- ☛ **Psique** – no sentido referente à alma, o espírito, a mente.

- ☛ **Rede socioassistencial** - conjunto de entidades, conveniadas ou não, que atuam no território implementando as ações de Assistência Social em complementariedade.
- ☛ **Retaguarda** – no sentido de ações que ampliam as possibilidades de sucesso nas intervenções nos diferentes níveis de proteção: controle social, capacitação, monitoramento, financeiro, segurança alimentar além dos profissionais que atuam nas gerencias de proteção básica e especial.
- ☛ **Sistematizar** – processo de síntese e análise sobre conteúdo e resultados de um dado universo/objeto; organização de idéias que resulta em análise.
- ☛ **Sistema de Informação** – conjunto de procedimentos que visam coletar, organizar, integrar e disseminar informações.
- ☛ **Sistema Informatizado** – suporte tecnológico de hardware e software para o armazenamento e processamento de informações.
- ☛ **SUAS** – Sistema Único de Assistência Social, implementado através do modelo de proteção social (básica e especial) e as diretrizes da política de Assistência Social.
- ☛ **Territorialização** – organização das ações da Assistência Social em Rede considerando o contexto social em que as famílias estão inseridas. Ação que extravasa os recortes setoriais em que tradicionalmente se fragmentaram as políticas sociais.
- ☛ **Treinograma de Azobel** - instrumento que permite a visualização/aferição sobre o conhecimento, as potencialidades e fragilidades, determinando a importância e complexidade das áreas que necessitam de maior aporte técnico.
- ☛ **Vulnerabilidade social** - situação que ameaça a condição humana põe em risco a dignidade individual e a convivência coletiva.

### Questionário

<b>RD</b>				<b>MUNICÍPIO</b>					
<b>PORTE DO MUNICÍPIO</b>	<b>P</b>	<b>M</b>	<b>G</b>	<b>NÍVEL DE GESTÃO SUAS</b>			<b>I</b>	<b>B</b>	<b>P</b>
<b>PESQUISADO (A)</b>				<b>FUNÇÃO</b>	<b>CONS. GOV</b>	<b>CONS. Ñ/GOV</b>	<b>COORD</b>	<b>TEC.</b>	
<b>PESQUISADOR (A)</b>				<b>DATA</b> / /		<b>HORA INICIO:</b>			

### IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADO

**P1 - SEXO:** 1.1 ( ) Feminino; 1.2 ( ) Masculino

**P2 - FAIXA ETÁRIA:** 2.1 ( ) 21 a 30 anos; 2.2 ( ) 31 a 40 anos; 2.3 ( ) Acima de 40 anos

**P3- ESCOLARIDADE:** 3.1 ( ) Fundamental; 3.2 ( ) Médio; 3.3 ( ) 3º Grau Incompleto; 3.4 ( ) 3º Grau Completo; 3.5 ( ) Pós – graduado

**P4- ÁREA DE FORMAÇÃO:** 4.1 ( ) Assistente Social; 4.2 ( ) Psicólogo; 4.3 ( ) Pedagogo; 4.4 ( ) Advogado; 4.5 ( ) Administrador; 4.6 ( ) Sociólogo; 4.7 ( ) Outros; 4.8 ( ) Não se aplica

**P5- TEMPO DE ATUAÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:** 5.1 ( ) 1 a 3 anos; 5.2 ( ) 4 a 6 anos; 5.3 ( ) 7 a 10 anos; 5.4 ( ) Acima de 10 anos

**P6 - HÁ QUANTO TEMPO ATUA NO MUNICÍPIO NA GESTÃO PÚBLICA NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?** 6.1 ( ) Menos de 1 ano; 6.2 ( ) 1 a 3 anos; 6.3 ( ) 3 a 6 anos; 6.4 ( ) 7 a 10 anos; 6.5 ( ) Acima de 10 anos

**P7 – SUA ATIVIDADE ESTÁ DIRECIONADA A QUE SEGMENTO DA FAMÍLIA? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 7.1 ( ) Crianças e adolescentes; 7.2 ( ) Jovens; 7.3 ( ) Idosos; 7.4 ( ) Pessoas com deficiência; 7.5 ( ) Mulheres; 7.6 ( ) Homens; 7.7 ( ) Não se aplica; 7.8 ( ) Todos os citados

**P8 – JÁ DESENVOLVEU ATIVIDADE EM OUTRA ÁREA SOCIAL?** 8.1 ( ) Não 8.2 ( ) Sim. Qual? 8.2.1 ( ) Educação; 8.2.2 ( ) Saúde; 8.2.3 ( ) Turismo; 8.2.4 ( ) Habitação/Infra-estrutura; 8.2.5 ( ) Outras; 8.2.6 ( ) Não se aplica.

### CARACTERIZAÇÃO DO PROFISSIONAL NA EQUIPE DO MUNICÍPIO

**P9- QUAL SUA CARGA HORÁRIA SEMANAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA SUA FUNÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL?** 9.1 ( ) 8 horas; 9.2 ( ) 12 horas; 9.3 ( ) 18 horas; 9.4 ( ) 20 horas; 9.5 ( ) 30 horas; 9.6 ( ) Não se aplica; 9.7 ( ) 40 horas; 9.8 ( ) Outros; 9.10 ( ) Não se aplica

**P10 – QUAL SEU VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O MUNICÍPIO?** 10.1 ( ) Cargo Comissionado; 10.2 ( ) Concursado; 10.3 ( ) Prestador de serviço/contratado; 10.4 ( ) Voluntário; 10.5 ( ) Não se aplica

**P11 – VOCÊ DESEMPENHA OUTRA FUNÇÃO NA GESTÃO MUNICIPAL?** 11.1 ( ) Sim; 11.2 ( ) Não

**P12 – NO SEU ENTENDIMENTO O QUE CARACTERIZA A FUNÇÃO DE GERENTE/COORDENADOR? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 12.1 ( ) Capacidade de expressão; 12.2 ( ) Conhecimento sobre a área de Assistência Social; 12.3 ( ) Conhecimento sobre o território em que vai atuar; 12.4 ( ) Saber ouvir; 12.5 ( ) Ser democrático; 12.6 ( ) Ter liderança; 12.7 ( ) Desenvolver trabalho coletivo; 12.8 ( ) Saber elaborar; 12.9 ( ) Ter capacidade de avaliação e síntese; 12.10 ( ) Não sabe; 12.11 ( ) Não respondeu

### CAPACIDADE TÉCNICA INSTALADA

**P 13- O QUE PARA VOCÊ É ASSISTÊNCIA SOCIAL?** 13.1 ( ) Política pública que promove a inclusão social; 13.2 ( ) Suprimento de necessidades básicas; 13.3 ( ) Ações de cidadania; 13.4 ( ) Não sabe; 13.5 ( ) Não respondeu

**P14- ONDE ESTÁ DEFINIDO O QUE É REGULAR E O QUE É IRREGULAR NAS AÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?** 14.1 ( ) LOAS; 14.2 ( ) NOB/SUAS – 2005; 14.3 ( ) Estatuto do Idoso; 14.4 ( ) ECA; 14.5 ( ) PNAS; 14.6 ( ) Outros; 14.7 ( ) Não sabe; 14.8 ( ) Não respondeu.

**P15 – PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL, QUAL É O PRINCÍPIO BÁSICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL?** 15.1 ( ) Universalização dos direitos; 15.2 ( ) Respeito à dignidade; 15.3 ( ) Igualdade no acesso; 15.4 ( ) Supremacia do atendimento: necessidade x rentabilidade econômica; 15.5 ( ) Divulgação ampla dos benefícios; 15.6 ( ) Não sabe; 15.7 ( ) Não respondeu; 15.8 ( ) Outros.

**P16- O QUE MUDOU NO DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DO SUAS? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 16.1 ( ) Trabalho com família; 16.2 ( ) Centros de Referências; 16.3 ( ) Níveis de proteção; 16.4 ( ) Participação da população; 16.5 ( ) Implantação de conselhos; 16.6 ( ) Atendimento em Rede; 16.7 ( ) Articulação entre as equipes; 16.8 ( ) Programas de transferência de renda; 16.9 ( ) Não sabe; 16.10 ( ) Não respondeu

**P17- O QUE MARCA A DIFERENÇA ENTRE A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL?** 17.1 ( ) A situação de vulnerabilidade das pessoas; 17.2 ( ) As Linhas de financiamento; 17.3 ( ) O espaço físico onde as ações acontecem; 17.4 ( ) A forma de trabalhar; 17.5 ( ) Outros; 17.6 ( ) Não sabe; 17.7 ( ) Não respondeu.

**P18- DEFINA CONTROLE SOCIAL.** 18.1 ( ) A sociedade participando ativamente nas avaliações e nas decisões sobre as Políticas Públicas; 18.2 ( ) A sociedade controlando a atuação do gestor; 18.3 ( ) Não sabe; 18.4 ( ) Não respondeu; 18.5 ( ) Outros

**P19- QUEM SE RESPONSABILIZA PELO CONTROLE SOCIAL? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 19.1 ( ) Conselho; 19.2 ( ) Conferências; 19.3 ( ) Ministério Público; 19.4 ( ) Rede de entidades; 19.5 ( ) Poder Legislativo; 19.6 ( ) Não sabe; 19.7 ( ) Não respondeu.

**P20- QUAL A PRINCIPAL TAREFA DAS PESSOAS QUE COMPÕEM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL?** 20.1 ( ) Fiscalizar as ações/serviços; 20.2 ( ) Elaborar a Política; 20.3 ( ) Deliberar; 20.4 ( ) Aprovar a prestação de contas; 20.5 ( ) Acompanhar as ações; 20.6 ( ) Não sabe; 20.7 ( ) Não respondeu

**P21 – QUAL A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÃO PARA OS ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL ATUAR JUNTO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?** 21.1 ( ) PLANO DE ASSISTÊNCIA; 21.2 ( ) PPA; 21.3 ( ) LOA; 21.4 ( ) Não sabe; 21.5 ( ) Não respondeu

**P.22 – O QUE VOCÊ ENTENDE POR REDE DE ATENDIMENTO?** 22.1 ( ) Entidades governamentais e não governamentais que atuam de forma complementar para o alcance de objetivos comuns; 22.2 ( ) Conjunto de entidades não-governamentais que atuam numa determinada localidade; 22.3 ( ) Entidades que atuam atendendo o mesmo segmento e as mesmas situações problemas; 22.4 ( ) Não sabe; 22.5 ( ) Não respondeu

**P23 – EXISTE ARTICULAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DE PROTEÇÃO BÁSICA E AS AÇÕES DE PROTEÇÃO ESPECIAL?** 23.1 ( ) SIM; 23.2 ( ) NÃO; 23.3 ( ) NÃO SABE; 23.4 ( ) NÃO RESPONDEU

**P24 – SE SIM, COMO A ARTICULAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE PROTEÇÃO (BÁSICA/ESPECIAL) ACONTECE?** 24.1 ( ) Através de ações complementares; 24.2 ( ) No repasse de responsabilidades; 24.3 ( ) Através de comunicação burocrática; 24.4 ( ) Nos estudos de caso; 24.5 ( ) Não acontece; 24.6 ( ) Não sabe; 24.7 ( ) Não respondeu.

**P25 – EXISTE ARTICULAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DAS POLÍTICAS SETORIAIS?** 25.1 ( ) SIM; 25.2 ( ) NÃO; 25.3 ( ) NÃO SABE; 25.4 ( ) NÃO RESPONDEU

**P26- SE SIM, COMO SE DÁ ESSA ARTICULAÇÃO?** 26.1 ( ) No Planejamento das ações; 26.2 ( ) No Planejamento, Monitoramento e Avaliação; 26.3 ( ) No atendimento; 26.4 ( ) No encaminhamento; 26.5 ( ) Não sabe; 26.6 ( ) Não respondeu; 26.7 ( ) Não acontece articulação

**P27- EXISTE DIFICULDADE EM ARTICULAR AS POLÍTICAS SETORIAIS?** 27. 1 ( ) SIM; 27.2 ( ) NÃO; 27. 3 ( ) Não sabe; 27.4 ( ) Não respondeu

**P28 – SE SIM, QUAIS AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA REALIZAR A ARTICULAÇÃO JUNTO ÀS POLÍTICAS SETORIAIS?** 28.1 ( ) Ausência de entendimento sobre a importância da articulação para a promoção da inclusão; 28.2 ( ) Não há priorização; 28.3 ( ) Falta de decisão política; 28.4 ( ) As implicações burocráticas/administrativas; 28.5 ( ) Disputa de poder; 28.6 ( ) Não sabe; 28.7 ( ) Não respondeu; 28.8( ) Não existe dificuldade

**P29 – VOCÊ PLANEJA SUAS AÇÕES?** 29.1 ( ) SIM; 29.2 ( ) NÃO; 29.3 ( ) Não respondeu

**P30- COM QUEM VOCÊ COSTUMA PLANEJAR? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 30.1 ( ) Colegas da equipe; 30.2( ) Profissionais da Assistência Social e de outras Políticas setoriais que fazem interface com as ações da Assistência Social; 30. 3 ( ) Com o conselho tutelar; 30.4 ( ) Com os usuários; 30.5 ( ) Com as Entidades que atuam no território; 30.6 ( ) Não planeja; 30.7 ( ) Não respondeu; 30.8 ( ) Individualmente

**P31 – DE QUANTO EM QUANTO TEMPO VOCÊ PLANEJA DE FORMA ELABORADA?** 31.1 ( ) Diariamente; 31.2 ( ) Semanal; 31.3 ( ) Quinzenal; 31.4 ( ) Mensal; 31. 5 ( ) Trimestral; 31.6 ( ) Semestral; 31.7 ( ) Anual; 31.8 ( ) Não se aplica; 31.9 ( ) Outros.

**P32- NO SEU PLANEJAMENTO O QUE PODE SER ALTERADO? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 32.1 ( ) Os objetivos; 32.2 ( ) A metodologia; 32.3 ( ) O orçamento; 32.4 ( ) As metas; 32.5 ( ) Os indicadores; 32.6 ( ) Um planejamento não deve sofrer alteração; 32.7( ) O tempo para realização; 32.8 ( ) Não se aplica; 32.9 ( ) Não sabe; 32.10 ( ) Não respondeu

**P33– VOCÊ DESENVOLVE O ACOMPANHAMENTO SOBRE AS AÇÕES/ATIVIDADES?** 33.1 ( ) SIM; 33.2 ( ) NÃO; 33.3 ( ) Não sabe; 33.4 ( ) Não respondeu

**P34- SE SIM, COMO ACONTECE O ACOMPANHAMENTO/AVALIAÇÃO DAS AÇÕES? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 34.1 ( ) Através de relatórios; 34.2 ( ) Visitas nas unidades de atendimento; 34.3 ( ) Através de reuniões com as equipes; 34.4 ( ) Em reunião com os usuários; 34.5 ( ) Não acompanha; 34.6 ( ) Não sabe/Não respondeu; 34.7 ( ) Outros.

**P35 – DE QUANTO EM QUANTO TEMPO VOCÊ MONITORA E AVALIA AS AÇÕES/SERVIÇOS PRESTADOS A POPULAÇÃO?** 35.1 ( ) Semanal; 35.2 ( ) Quinzenal; 35.3 ( ) Mensal; 35.4 ( ) Bimensal; 35.5 ( ) Trimestral; 35.6 ( ) Semestral; 35.7 ( ) Anual; 35.8 ( ) Não realiza; 35.9 ( ) Diariamente; 35.10 ( ) Não sabe; 35.11 ( ) Não respondeu

**P36 – ONDE VOCÊ REGISTRA AS INFORMAÇÕES COLETADAS NO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E O RESULTADO DA AVALIAÇÃO?** 36.1 ( ) Instrumental; 36.2 ( ) Nos relatórios; 36.3 ( ) Não registra; 36.4 ( ) Não sabe; 36.5 ( ) Não respondeu

**P37 – DE ONDE VEM OS RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 37.1 ( ) Repasse fundo a fundo; 37.2 ( ) Parceria com ONG's; 37.3 ( ) Campanhas municipais; 37.4 ( ) Doações; 37.5 ( ) Não sabe; 37.6 ( ) Não respondeu

**P38 – NO MUNICÍPIO QUEM ELABORA OS PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?** 38.1 ( ) Assessor externo; 38.2 ( ) Técnico; 38.3 ( ) Assessor da prefeitura; 38.4 ( ) Secretário (a) de Assistência Social; 38.5 ( ) Outro; 38.6 ( ) Não Sabe; 38.7 ( ) Não respondeu

**P39 - NO SEU MUNICÍPIO QUEM DECIDE/DELIBERA SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS?** 39.1 ( ) Conselheiros; 39.2 ( ) Secretário (a) de Finanças/Administração e Assistência Social; 39.3 ( ) Secretário (a) de Assistência Social; 39.4 ( ) Secretário(a) de Assistência Social e diretores; 39.5 ( ) Primeira dama; 39.6 ( ) Prefeito; 39.7 ( ) Não sabe; 39.8 ( ) Não respondeu

**P40 – OS USUÁRIOS PARTICIPAM DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL?** 40.1 ( ) Sim; 40.2 ( ) Não; 40.3 ( ) Não sabe; 40.4 ( ) Não respondeu

**P41 – SE SIM, QUANDO A PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO É MAIS FORTE?** 41.1 ( ) Planejamento; 41.2 ( ) Execução; 41.3 ( ) Acompanhamento; 41.4 ( ) Avaliação; 41.5 ( ) Não sabe; 41.6 ( ) Não respondeu; 41.7 ( ) Não se aplica

**P42 – O QUE COMPROMETE A PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS USUÁRIOS? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 42.1 ( ) Falta de conhecimento; 42.2 ( ) Falta de oportunidade; 42.3 ( ) Autoritarismo; 42.4 ( ) Desinteresse; 42.5 ( ) Medo; 42.6 ( ) Falta de incentivo; 42.7 ( ) Não sabe; 42.8 ( ) Não respondeu; 42.9 ( ) Outro.

**P43– QUAIS TEMAS PRECISAM SER DISPONIBILIZADOS/APROFUNDADOS PARA MELHORAR A ATUAÇÃO DAS EQUIPES JUNTO AOS USUÁRIOS? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 43.1 ( ) Protagonismo; 43.2 ( ) Cidadania; 43.3 ( ) Democracia; 43.4 ( ) Relacionamento interpessoal; 43.5 ( ) Liderança; 43.6 ( ) Trabalho coletivo; 43.7 ( ) Respeito; 43.8 ( ) Disciplina; 43.9 ( ) Temas relacionados a faixa etária; 43.10 ( ) Gênero; 43.11 ( ) Não sabe; 43.12 ( ) Não respondeu; 43.13 ( ) Outros

**P44 – PARA VOCÊ O QUE É FAMÍLIA NA SUA COMPOSIÇÃO? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 44.1 ( ) Grupo de pessoas ligadas por laços consangüíneos; 44.2 ( ) Grupo de pessoas ligadas por relações de afeto; 44.3 ( ) Grupo de pessoas ligadas por estratégias de sobrevivência;

**44.4** ( ) Grupo de pessoas que garante afeto, educação para a cidadania e a sobrevivência dos seus membros; **44.5** ( ) Não sabe; **44.6** ( ) Não respondeu.

**P45 – COMO A ASSISTÊNCIA SOCIAL ATUA JUNTO AO NÚCLEO FAMILIAR?**

**45.1** ( ) Abordando temas de interesses dos segmentos que compõe a família; **45.2** ( ) Promovendo encontros informativos com representantes das famílias; **45.3** ( ) Garantindo transferência de renda; **45.4** ( ) Desenvolvendo ações articuladas com outras Políticas setoriais; **45.5** ( ) Não atua junto à família enquanto núcleo; **45.6** ( ) Garantindo qualificação profissional; **45.7** ( ) Visita domiciliar; **45.8** ( ) Outros; **45.9** ( ) Não sabe; **45.10** ( ) Não respondeu.

### INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO

**P46 COMO VOCÊ AVALIA O QUANTITATIVO DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS PARA A CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES QUE ATUAM NA ASSISTÊNCIA SOCIAL?**

**46.1** ( ) Suficiente; **46.2** ( ) Insuficiente; **46.3** ( ) Inexistente; **46.4** ( ) Não se aplica; **46.5** ( ) Não sabe; **46.6** ( ) Não respondeu

**P47- DURANTE O TEMPO EM QUE VOCÊ VEM ATUANDO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUANTOS MOMENTOS DE CAPACITAÇÃO VOCÊ PARTICIPOU?**

**47.1** ( ) 1 a 5; **47.2** ( ) 6 a 10; **47.3** ( ) Acima de 10; **47.4** ( ) Nunca participou; **47.5** ( ) Não sabe; **47.6** ( ) Não respondeu

**P48 – NUMERE POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA QUAIS AS MELHORES FORMAS DE REPASSAR CONHECIMENTOS?**

**48.1** ( ) Oficinas; **48.2** ( ) Seminários; **48.3** ( ) Cursos; **48.4** ( ) Conferências; **48.5** ( ) Reuniões *in loco*; **48.6** ( ) Socialização de experiências / intercâmbios entre equipes; **48.7** ( ) Não respondeu; **48.8** ( ) Não sabe

**P49 - QUAIS AS DIFICULDADES? MÚLTIPLA ESCOLHA.**

**49.1** ( ) Metodologia; **49.2** ( ) Mobilização; **49.3** ( ) Abordagem de temas polêmicos; **49.4** ( ) Participação; **49.5** ( ) Espaço físico; **49.6** ( ) Conhecimento sobre o tema; **49.7** ( ) Não tem dificuldade; **49.8** ( ) Não sabe; **49.9** ( ) Não respondeu; **49.10** ( ) Outro

**P50 – EXISTE ALGUMA DIFICULDADE PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO COM FAMÍLIA?**

**50.1** ( ) Sim; **50.2** ( ) Não; **50.3** ( ) Não sabe/Não respondeu; **50.4** ( ) Não se aplica

**P51- QUAIS AS ATIVIDADES QUE VOCÊ DESENVOLVE COM AS FAMÍLIAS? MÚLTIPLA ESCOLHA.**

**51.1** ( ) Reunião com as mães; **51.2** ( ) Grupos com idosos; **51.3** ( ) Grupos com crianças e adolescentes; **51.4** ( ) Grupo com jovens; **51.5** ( ) Festas em datas comemorativas; **51.6** ( ) Mutirões; **51.7** ( ) Atividades socioeducativas; **51.8** ( ) Visita domiciliar; **51.9** ( ) Geração de Renda; **51.10** ( ) Outros; **51.11** ( ) Não se aplica; **51.12** ( ) Não sabe; **51.13** ( ) Não respondeu

**P52-INDIQUE ATÉ 3 CONTEÚDOS QUE VOCÊ PRECISA APROFUNDAR EM RELAÇÃO AS SEGUINTE TEMÁTICAS:**

**52.1** ( ) Diagnóstico Social; **52.2** ( ) Planejamento; **52.3** ( ) Ações Socioeducativas; **52.4** ( ) Monitoramento e Avaliação; **52.5** ( ) Gestão Financeira; **52.6** ( ) Gerenciamento de Equipes; **52.7** ( ) Controle Social; **52.8** ( ) Elaboração de Projetos; **52.9** ( ) Trabalho com família; **52.10** ( ) Não respondeu

**P53. VOCÊ SISTEMATIZA SUA ATUAÇÃO?** 53.1 ( ) SIM; 53.2 ( ) NÃO; 53.3 ( ) Não sabe; 53.4 ( ) Não respondeu

**P54 NA SUA PRÁTICA, COMO ACONTECE A SISTEMATIZAÇÃO?** 54.1 ( ) Nos encontros ampliados; 54.2 ( ) No período de avaliação final; 54.3 ( ) No período de elaboração de relatórios; 54.4 ( ) Não acontece sistematização; 54.5 ( ) Outros; 54.6 ( ) Não sabe; 54.7 ( ) Não respondeu

**P55 VOCÊ ENFRENTA DIFICULDADE EM SISTEMATIZAR SUAS EXPERIÊNCIAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL?** 55.1 ( ) SIM; 55.2 ( ) NÃO; 55.3 ( ) Não sabe; 55.4 ( ) Não respondeu; 55.5 ( ) Não sistematiza; 55.6 ( ) Não se aplica

**P56 O QUE DIFICULTA A SUA SISTEMATIZAÇÃO?** 56.1 ( ) Ausência de registros; 56.2 ( ) Ausência de planejamento; 56.3 ( ) Ausência de acompanhamento; 56.4 ( ) Desconhecimento sobre metodologia/como fazer; 56.5 ( ) Disponibilidade de tempo; 56.6 ( ) Desarticulação entre as equipes; 56.7 ( ) Outros; 56.8 ( ) Não se aplica; 56.9 ( ) Não sabe; 56.10 ( ) Não respondeu.

**P57 QUAL A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PNAS? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 57.1 ( ) Subsidia a análise sobre os resultados; 57.2 ( ) Possibilita a avaliação no processo de intervenção; 57.3 ( ) Não tem importância; 57.4 ( ) Garante argumentos para mobilizar/captar recursos; 57.5 ( ) Traz informações para os relatórios; 57.6 ( ) Facilita a prestação de contas sobre os recursos utilizados; 57.7 ( ) Não sabe; 57.8 ( ) Não respondeu

**P58 – VOCÊ UTILIZA A INFORMÁTICA NA SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL?** 58.1 – ( ) SIM 58.2 ( ) NÃO 58.3 ( ) Não respondeu

**P59– QUANDO VOCÊ UTILIZA A INFORMÁTICA? MÚLTIPLA ESCOLHA.** 59.1 ( ) Na elaboração de documentos; 59.2( ) Na construção de apresentações; 59.3( ) Na internet; 59.4 ( ) Na elaboração de planilha; 59.5 ( ) Não se aplica; 59.6 ( ) Não utiliza.

**P60 – EXISTE. NA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SISTEMAS INFORMATIZADOS PARA ORGANIZAR AS INFORMAÇÕES EM REDE?** 60.1 ( ) SIM; 60.2( ) NÃO; 60.3 ( ) Não sabe; 60.4 ( ) Não respondeu

**P61 – CITE UM SISTEMA INFORMATIZADO PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL.** 61.1 ( ) SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL – SIGAS; 61.2 ( ) BOLSA FAMILIA; 61.3 ( ) SUAS/WEB; 61.4 ( ) SIPIA; 61.5 ( ) Outros; 61.6 ( ) Não sabe; 61.7 ( ) Não respondeu

**P62- EXISTE DIFICULDADE NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS?** 62.1 ( ) Sim; 62.2 ( ) Não; Qual? \_\_\_\_\_ 62.3 ( ) Não respondeu

**P63 – QUAL O OBJETIVO PARA OS DADOS ARMAZENADOS NO SISTEMA? Múltipla Escolha** 63.1 ( ) Produzir análises sobre a implementação das ações frente as necessidades das famílias; 63.2 ( ) Fiscalizar duplicidades no atendimento; 63.3 ( ) Excluir usuários que não cumprirem com as determinações dos programas; 63.4 ( ) Elaborar relatórios mais próximos da realidade; 63.5 ( ) Organizar cadastros das famílias atendidas pela Assistência Social; 63.6 ( ) Prestar contas ao gestor Estadual e Federal; 63.7 ( ) Prestar contas ao CMAS e Ministério Público; 63.8 ( ) Outros; 63.9 ( ) Não sabe; 63.10 ( ) Não respondeu

**P64 – QUAL A SUA SUGESTÃO DE CONTEÚDO(S) PARA UMA CAPACITAÇÃO NA ÁREA DE INFORMÁTICA – Múltipla Escolha** 64.1 (  ) Windows (Excel, Power Point. Etc.); 64.2 (  ) Digitação; 64.3 (  ) Internet / redes; 64.4 (  ) Word; 64.5 (  ) Excel; 64.6 (  ) Power Point; 64.7 (  ) Corel Draw; 64.8 (  ) Não sabe; 64.9 (  ) Não respondeu; 64.10 (  ) sistemas.

## **ROTEIRO**

### **I. SUBSÍDIOS PARA ANÁLISE**

#### **OPINIÃO SOBRE:**

1. A vulnerabilidade social no município;
2. A expectativa da população em relação à Assistência Social;
3. As respostas da Assistência Social em relação às necessidades e expectativas da população;
4. A atuação das equipes (avanços e desafios);
- ☞ A formação profissional x a aplicabilidade na implementação da Política de Assistência Social;
5. A articulação com outras áreas (avanços e desafios);
6. O acompanhamento, a fiscalização e a deliberação sobre a política de Assistência Social;
7. Dificuldades enfrentadas no atendimento;
8. Atividade mais complexa;
9. Tema desconhecido;
10. Segmento da família mais excluído das ações;
11. Alterações necessárias na gestão e atendimento da Assistência Social;
12. Apoio necessário para qualificar a atuação dos gestores e técnicos da assistência social.

### **II - FOCO PARA ANÁLISE:**

- ☞ Conceito de vulnerabilidade social;
- ☞ Concepção sobre a Assistência Social;
- ☞ Avaliação sobre a eficácia das ações de Assistência Social frente às situações de vulnerabilidade;
- ☞ Compreensão sobre o SUAS;
- ☞ Compreensão sobre as competências das esferas de governo (estadual e federal) - Descentralização;
- ☞ O controle social;
- ☞ Capacidade técnica instalada frente às demandas; de Assistência Social;
- ☞ Expectativas sobre processo de capacitação técnica;

- ☛ Protagonismo (co-gestão de coletivos);
- ☛ Captação de recursos;
- ☛ Gerenciamento (financeiro/administrativo);
- ☛ Matricialidade Sociofamiliar.

## QUESTÃO CHAVE

### QUAIS OS AVANÇOS E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO E NOS MUNICÍPIOS?

#### **PONTOS A SEREM EXPLORADOS**

- ☞ O orçamento e financiamento;
- ☞ Captação de recurso (elaboração de projetos)
- ☞ A gestão (processo descentralizado x autonomia das esferas de governo x fragilidades e potencialidades);
- ☞ SUAS: níveis de proteção x integralidade x inclusão social;
- ☞ Matricialidade Sociofamiliar;
- ☞ Instrumentos de gestão: PPA, Relatório de Gestão, Plano de ação, SUAS/WEB;
- ☞ A atuação das equipes (fragilidades e potencialidades x investimento em capacitação);
- ☞ A articulação com outras políticas (Intersetorialidade, universalização dos direitos);
- ☞ A Rede socioassistencial (composição da gestão e financiamento frente às demandas);
- ☞ A participação dos usuários (Protagonismo);
- ☞ A contribuição dos conselhos;
- ☞ A importância das conferências;
- ☞ As demandas reprimidas;
- ☞ As sugestões para o suprimento das demandas;
- ☞ Acompanhamento e avaliação (registro, sistematização e análise).